

**UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE UNIPLAC
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

JOELMA ZATTI DOS SANTOS

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS
PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO
PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO ESCOLAR**

Lages - SC

2020

JOELMA ZATTI DOS SANTOS

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS PROFESSORES
DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO ESCOLAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense para a Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação. Linha de Pesquisa: Políticas e Processos Formativos em Educação (ou) Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lucia Ceccato de Lima

Lages - SC

2020

Ficha Catalográfica

S237p Santos, Joelma Zatti dos.
Práticas pedagógicas em educação ambiental dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental no processo de alfabetização escolar/Joelma Zatti dos Santos – Lages, SC, 2020.
87 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Planalto Catarinense. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense.
Orientadora: Lucia Ceccato de Lima

1. Alfabetização. 2. Educação Ambiental. 3. Ensino Fundamental. I. Lima, Lucia Ceccato de. II. Título.

CDD 372.357

Catálogo na Fonte: Biblioteca Central

JOELMA ZATTI DOS SANTOS

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS
PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO
PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense para a Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação. Linha de Pesquisa: Políticas e Processos Formativos em Educação (ou) Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade.

Lages, 29 de maio de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Lucia Ceccato de Lima

Orientadora e Presidente da Banca – PPGE/UNIPLAC

Prof. Dr. Ivo Dickmann

Examinador Titular Externo- PPGE/UNOCHAPÉCO

Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks

Examinador Titular Interno- PPGE/UNIPLAC

A alguém que me trouxe paz, foi minha direção onde encontrei abrigo e sentido, suas qualidades valem mais do que qualquer defeito, só tenho a agradecer por estar presente e se fazer presente.

Você e a cor, a luz, a alegria de todos os meus dias.

É difícil encontrar palavras para descrever a sua importância que me fez chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Como “pesquisadora” houve modificações inquestionáveis em minha vida. Através da experiência da escrita, no desenvolvimento desta dissertação, a qual enriqueceu o meu conhecimento e me fez sentir na pele a plena superação de todos os obstáculos, por que passei até chegar ao término da mesma.

Sou grata a todos, em primeiro lugar a Deus que me permitiu chegar até aqui proporcionando essa oportunidade de poder conquistar meus objetivos.

A minha família e amigos que estavam presentes nessa trajetória em momentos de angústia e outros e alegria.

E um carinho mais que especial ao meu esposo, Rewrson, por incentivar ao Mestrado que soube me compreender inúmeras vezes e nos momentos de fraquezas, sempre com seu jeito de ser me apoiando, pois sem ele não chegaria até aqui. Por isso essa conquista e dele também.

A minha Orientadora, Professora Doutora: Lucia Ceccato de Lima pelo apoio, colaboração e por acreditar em mim.

Gratidão e carinho a professora Marta Calegari, que me incentivou desde o início sempre estando presente e disposta a me ajudar fez toda a diferença nessa trajetória.

Carinho especial as minhas colegas do mestrado, que foram especiais nesta trajetória, cada um com sua singularidade e únicas, amizades construídas que serão para a vida toda em especial as amigas Alexandra Massaneiro e Sabrina Lang França que se fizeram presente em varias noites estudando a Denise Cristiane do Nascimento Vieira e Lucimar Perizoto por compartilhar momentos de alegrias e os cafés. A Viviane de Lourdes Costa Rosa dos Santos pelos conselhos e alguns puxões de orelha. Daniela Sá sempre disposta ajudar e compartilhar materiais para a pesquisa e um ser incrível de luz e inspiração.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes” (Martin Luther King).

RESUMO

A presente pesquisa objetivou analisar as práticas pedagógicas de educação ambiental dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental no processo de alfabetização escolar realizado nas escolas municipais do município de Correia Pinto (SC). O trabalho teve como referencial a teoria da complexidade e alguns ensinamentos de Paulo Freire quanto à alfabetização. Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa documental que buscou investigar as práticas pedagógicas e tendências de educação ambiental no projeto político pedagógico de quatro escolas da rede pública municipal. Além disso, foram realizadas entrevistas com questões semiestruturadas. A análise dos resultados foi realizada de acordo com a metodologia de Bardin. Por meio das entrevistas, ao caracterizar as práticas pedagógicas de educação ambiental dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental no processo de alfabetização escolar, foi possível entender que as mesmas concentram-se em uma perspectiva conservacionista. Com relação à análise dos PPPs, os registros encontrados a respeito de educação ambiental foram identificados e estão distribuídos entre as 3 macrotendências propostas por Layrargues e Lima (2014): conservacionista, pragmática e crítica. Portanto, a maioria das professoras entrevistadas realizou e destacou suas práticas pedagógicas relacionadas à tendência de educação ambiental conservacionista, o que a uma reflexão sobre a formação dos professores para o ensino fundamental I. Para que essa realidade seja transformada, a formação inicial e continuada de professores deverá contemplar educação ambiental, numa perspectiva aberta e interdisciplinar, aliada ao entendimento de que processo de alfabetização ocorra na perspectiva de educação emancipatória e transformadora. Ao encerrar o presente estudo, percebe-se que ainda há muito a ser desenvolvido no campo da educação ambiental junto ao processo de alfabetização.

Palavras-chave: Alfabetização. Educação Ambiental. Ensino fundamental.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the pedagogical practices of environmental education of teachers in the early years of elementary school in the process of school literacy held in the municipal schools of Correia Pinto (SC). The work was based on Paulo Freire's theory of complexity and some teachings on literacy. Methodologically, a documental research was carried out that sought to investigate the pedagogical practices and trends of environmental education in the political educational project of four schools of the municipal public network. In addition, interviews were conducted with semi-structured questions. The results were analyzed according to the Bardin methodology. Through the interviews, by characterizing the pedagogical practices of environmental education of teachers of the initial years of elementary school in the process of school literacy, it was possible to understand that they are concentrated in a conservationist perspective. With regard to the analysis of PPPs, the records found regarding environmental education were identified and are distributed among the 3 macrotrends proposed by Layrargues and Lima (2014): conservationist, pragmatic and critical. Therefore, most of the teachers interviewed carried out and highlighted their pedagogical practices related to the trend of conservationist environmental education, which is a reflection on the training of teachers for elementary school I. For this reality to be changed, the initial and continued training of teachers must contemplate environmental education, in an open and interdisciplinary perspective, allied to the understanding that the literacy process occurs from the perspective of emancipatory and transformative education. At the end of this study, it is clear that there is still much to be developed in the area of environmental education for elementary school.

Keywords: School literacy. Environmental education. Elementary School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação da Concepção do Estudo	15
Figura 2 - Desenho Metodológico da Coleta de Dados.....	44
Figura 3 - Representação da Relação entre as incertezas de ensinar e aprender.....	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Escopo da Pesquisa	20
Quadro 2 - Histórico da Educação Ambiental Mundial	32
Quadro 3 - Macrotendências de Educação Ambiental	39
Quadro 4 - Análise das práticas pedagógicas e tendências de educação ambiental no projeto político pedagógico das escolas do município de Correia Pinto (SC).....	45
Quadro 5 - Roteiro de questões para as entrevistas	47
Quadro 6 - Codinomes das escolas e professoras	48
Quadro 7 - Referencial teórico-metodológico	49
Quadro 8 - Análise das práticas pedagógicas e tendências de educação ambiental no projeto político pedagógico das escolas do município de Correia Pinto, (SC).....	50
Quadro 9 - Respostas dadas pelas professoras entrevistadas à questão 01	59
Quadro 10 - Respostas dadas pelas professoras entrevistadas à questão 04	62
Quadro 11 - Respostas dadas pelas professoras entrevistadas à questão 02	64
Quadro 12 - Respostas dadas pelas professoras entrevistadas à questão 05	67
Quadro 13 - Práticas pedagógicas dos professores relacionados às tendências pedagógicas de Educação Ambiental	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT	Admitido em Caráter Temporário
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
EA	Educação Ambiental
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacional
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PPGE	Programa de Pós-Graduação e Extensão
PPP	Projeto Político Pedagógico
SC	Santa Catarina
SEMA	Secretaria Especial Meio Ambiente
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNIPLAC	Universidade do Planalto Catarinense
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 ALFABETIZAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	21
2.1 ALFABETIZAÇÃO: CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO NO BRASIL	21
2.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL I	24
3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	28
3.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	28
3.2 CONHECIMENTOS PERTINENTES E PERCEÇÃO AMBIENTAL	34
3.3 TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	38
4 METODOLOGIA	43
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	43
4.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	44
4.2.1 Pesquisa documental	44
4.2.2 Entrevistas	46
4.3 QUESTÕES ÉTICAS	48
4.4 SÍNTESE TEÓRICA E METODOLÓGICA DA DISSERTAÇÃO	49
5 RESULTADOS E ANÁLISES DA PESQUISA	50
5.1 ANÁLISE DOS PPPS DAS UNIDADES ESCOLARES	50
5.1.1 Histórico das escolas nos PPPS	52
5.1.2 Processo de planejamento geral	54
5.1.3 Avaliação institucional	54
5.1.4 Calendário escolar	55
5.1.5 Caracterização da população a ser atendida e da comunidade na qual se insere	56
5.1.6 Concepção de criança, de desenvolvimento nos anos iniciais e de aprendizagem que se fundamenta	57
5.1.7 Fins, objetivos e metas dos ppps	57

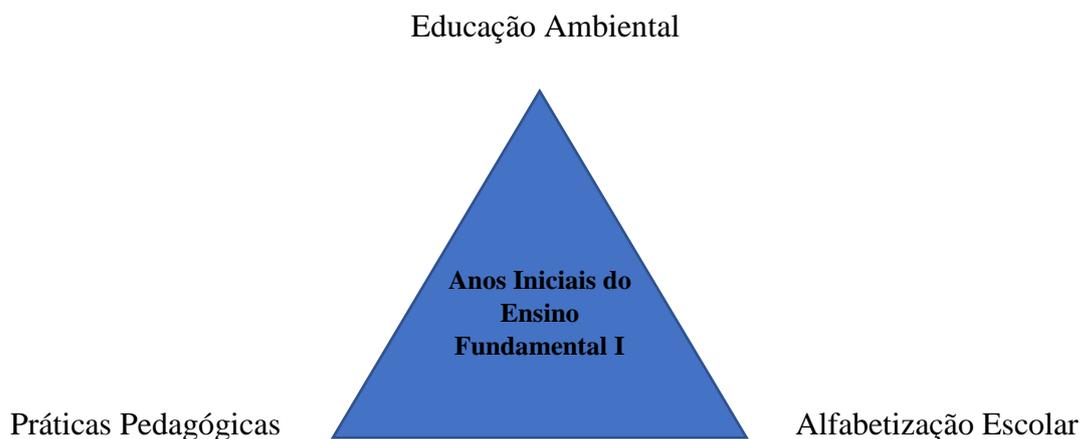
5.2 ANÁLISE DOS DADOS DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM AS PROFESSORAS DAS QUATRO ESCOLAS	58
5.2.1 Bloco I - práticas pedagógicas de educação ambiental nos anos iniciais	59
5.2.2 Bloco II - evidências de práticas de educação ambiental	63
5.2.3 Bloco III - práticas pedagógicas dos professores relacionadas às tendências pedagógicas de educação ambiental	66
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz uma reflexão a respeito do tema práticas pedagógicas de educação ambiental dos professores nos anos iniciais do ensino fundamental no processo de alfabetização escolar no município de Correia Pinto (SC). Para isso, questiona-se: quais são as práticas pedagógicas de educação ambiental realizadas pelos professores nos anos iniciais do ensino fundamental no processo de alfabetização escolar?

O problema sugerido para o desenvolvimento do presente tema, pode ser melhor examinado na representação fractal a seguir:

Figura 1 - Representação da Concepção do Estudo



Fonte: autora (2020)

A articulação dos descritores da pesquisa destacados no fractal acima, contou com objetivo geral e específicos definidos conforme a seguir: analisar as práticas pedagógicas de Educação Ambiental realizadas pelos professores dos anos iniciais do ensino fundamental no processo de alfabetização escolar. E, as ações foram dadas pelos objetivos específicos: a) discutir as práticas pedagógicas de educação ambiental realizadas pelos professores dos anos iniciais do ensino fundamental; b) identificar evidências de práticas de Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico das escolas da rede pública do município de Correia Pinto (SC); c) relacionar as práticas pedagógicas dos professores dos anos iniciais às tendências pedagógicas de educação ambiental

O estudo justifica-se pelo fato de que ensinar não implica apenas em direcionar o foco da prática docente no processo de ler e escrever. Ao contrário, implica, também, em dar condições à criança do Ensino Fundamental de ser alfabetizada em Educação

Ambiental com qualidade e dinamismo onde a mesma possa se socializar e participar de forma comprometida do meio em que vive.

Com efeito, parte-se do pressuposto que a escola é um ambiente de formação e construção de conhecimentos e os professores são os principais mediadores para desenvolver esses processos com os estudantes e com a comunidade escolar a qual integra.

Cabe ainda explicar o fractal apresentado como concepção do estudo. O fractal é utilizado para representar elementos não lineares de um sistema dinâmico que corroboram com a teoria da complexidade proposta como circuito tetralógico por Morin (2016, p. 78) onde, a tetralogia se caracteriza pela **Ordem** (regularidades/determinantes); **Desordem** (emergências/turbulências); **Interação** (corpos interagem a partir da ordem e da organização); e a **Organização** (o sistema depende da ordem articulada a interação). “Dito de outro forma, os temos ordem/ organização/desordem desenvolvem-se por intermédio das interações que constituem esse mesmo circuito” (MORIN 2016, p. 78).

Os descritores deste estudo apresentados no fractal mostram a tetralogia do estudo conforme apresentado pelo circuito tetralógico de Morin: Alfabetização escolar; Educação Ambiental; Ensino fundamental; Práticas Pedagógicas, onde a interação ocorre no *locus* da pesquisa que é o ensino fundamental.

A emergência deste estudo é a educação ambiental (Desordem) para os estudantes em processo de alfabetização (Organização), que por sua vez precisam de práticas educativas adequadas a uma educação que seja ambiental (Ordem). “A emergência permite compreendermos melhor o sentido profundo da proposição segundo a qual o todo é mais do que a soma das partes (MORIN, 2016, p. 141)”.

O conhecimento pertinente à alfabetização escolar e ambiental busca, de acordo com Morin (2011), tornar evidentes o contexto, o global, a multidimensionalidade e o complexo estimulando a curiosidade das crianças e jovens.

Cabe inferir que entende - se a alfabetização como um processo complexo que vai além de ler e escrever. Esse processo permite ao estudante compreender questões mais amplas que o envolvem socialmente. Esse acesso ao conhecimento do entorno imediato da criança possibilita a decodificação e construção de um processo significativo de aprendizagens e percepções sociais. Assim, neste estudo apreende - se que na alfabetização escolar a questão ambiental vai sendo tecida junto com a alfabetização e o letramento dos estudantes.

Desta maneira, o saber pertinente do professor e do educando remete ao pensamento de Morin (2011, p. 36): “O conhecimento pertinente deve enfrentar a complexidade. *Complexus* significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo [...]”.

Visto que, nos dias atuais, inúmeras questões referentes aos problemas ambientais estão mais evidentes no cotidiano das pessoas. A disseminação de notícias relatando catástrofes ambientais com origem na conduta humana se dá pelos meios de comunicação, tendo uma abrangência que transcende os diálogos informais, lançando aos olhos dos seres humanos a compreensão de que o modo como o ambiente tem sido usado e degradado alcança patamares de um problema global.

O meio ambiente apresenta, progressivamente, uma histórica onda de devastação e exploração. Tal prática insustentável protagonizada pelo ser humano delata, de um lado, a ação nociva e, de outro, a inércia de quem assiste, sem nada fazer. A falta de consciência e responsabilidade oportuniza, infelizmente, que corriqueiramente se veja uma grande quantia de entulhos, detritos e resíduos dentre outros expostos e alocados indevidamente. Todavia, é importante destacar que as questões ambientais vão além da destinação incorreta dos resíduos, aproximando-se sobremaneira da discussão sobre a sobrevivência das espécies, dentre elas, a espécie humana.

Pensando na realidade escolar, aqui enfatizando as Práticas Pedagógicas, percebe-se a importância de desenvolver a reflexão sobre a educação ambiental com as crianças já na fase de alfabetização. Tal reflexão desenvolve, assim, a conscientização ambiental a partir de práticas pedagógicas sustentáveis, para que essa discussão teórica possa se efetivar de forma prática e possibilitar a utilização e do descarte consciente dos produtos e seus resíduos, entre outras práticas ecologicamente corretas.

Ao pensar na complexidade dessa temática e nas possibilidades de intervenção enquanto educadora justifica-se um estudo que oportunize reflexões e transformações posteriores. Isso porque é de se considerar que todas as pessoas têm responsabilidade com o ambiente e com as questões de sobrevivência (sua e do outro). Daí a necessidade de se pensar acerca de um olhar crítico sobre os cuidados e responsabilidade com o tema alfabetização escolar que abrange a dimensão ambiental. É por meio de informações e conhecimentos abordados sobre a responsabilidade e consciência humana que necessitamos para manter o ambiente saudável.

Segundo Carvalho *apud* Guimarães (2006, p. 68),

(...) é preciso recolocar os objetivos em prática educativa, situando-os para além da esfera comportamental. Se a educação quer realmente transformar a realidade, não basta investir na mudança dos comportamentos sem intervir nas condições do mundo em que as pessoas habitam.

Necessitamos aguçar em cada indivíduo a consciência de “pertencimento”. Desse modo, cada sujeito se compreende enquanto agente ativo na reconstrução do pensamento ecológico. Esse entendimento é responsável, conseqüentemente, pelo portar-se corretamente em relação ao meio em que se vive, em conjunto com seus semelhantes, inclusive com os elementos abióticos. A partir do momento em que o ser humano se percebe parte do ambiente – e não “dono” desse ambiente – a educação ambiental é conduzida para além dos bancos escolares.

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. (LEI 9.795/1999).

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Torna-se de profunda importância e significância reconhecer que os educandos têm um papel de amplo alcance no sentido de provocar a consciência humana e aprimorar o diálogo no concernente às implicações da crise ambiental. É, então, a educação ambiental, que propõe a construção e ou reconstrução de uma consciência crítica. Sendo que esta adere a um pensamento do complexo, permitindo – se um olhar multidimensional da realidade, considerando as dimensões políticas, sociais e subjetivas dos indivíduos.

Assim sendo, não se relaciona com os conteúdos apresentados como objeto de estudo em sala de aula, evidenciando-se esporadicamente, pontualmente, nos espaços escolares, conforme alertam Carvalho (2006), Capra (2006) e outros. Que se trabalhada desde a infância, tornar-se-ia o cotidiano do pequeno sujeito, não ficando relegada à apenas discursos e condutas pontuais.

A Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA Lei nº 9795/1999, Art 1º, conceitua educação ambiental como:

Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, 18).

Estudar a realidade escolar permite identificar a importância de desenvolver a observação e o pensamento sobre a alfabetização em educação ambiental. É provável alcançar e até mesmo realizar e desenvolver a conscientização ambiental por meio de práticas pedagógicas que propiciem a compreensão e reflexão sobre o espaço e o tempo onde vivem. Essa concepção de uma pedagogia para a responsabilidade abarca desde questões do cotidiano, tais como o descarte do próprio lixo até questões sócio-políticas e econômicas.

Capra (2006, p. 19) relata:

O Centro de Eco-Alfabetização e os seus parceiros em todo o mundo compartilham, assim como nós, a visão de que é preciso promover uma reforma sistêmica nas escolas e que esta reforma passa prioritariamente pela compreensão de que o currículo deve ser construído com base no próprio lugar onde a aprendizagem se dá, ou seja, é o ambiente em que a escola está inserida, a sua geografia, a sua história, a cultura das comunidades do entorno que deve determinar os conteúdos a serem apreendidos.

O sujeito ecológico em formação desenvolve-se de maneira ampla e em sua integralidade. Diz-se que a EA modifica o jeito como a pessoa se vê no mundo. Compreender as relações de uma sociedade organizada é compreender-se responsável por ela:

A tomada de consciência do problema ambiental tem que ver também com a crescente visibilidade e legitimidade dos movimentos ecologistas que vão ganhando força e conquistando adeptos para um núcleo de crenças e valores que apontam para um jeito ecológico de ser, um novo estilo de vida, com modos próprios de pensar o mundo e, principalmente, de pensar a si mesmo e as relações com os outros neste mundo (CARVALHO, 2006, p. 65).

Em uma prática de efeito contínuo e randômico, a EA mobiliza o sujeito de tal modo que ele age diferentemente, em consonância com seus princípios, gerando uma onda de ações e ideias que beneficiam a humanidade como um todo.

Segundo Boff, “um modo-de-ser não é um novo ser. É uma maneira do próprio ser de estruturar-se e dar-se a conhecer. O cuidado entra na natureza e na constituição do ser humano. O Modo-de-ser cuidado revela de maneira concreta como é ser humano.” (2011, p.34).

Seguindo o pensamento de Boff (1997) a humanidade pode ser um novo ser humano, mas com pretensão de desenvolvimento e evolução, melhorando a cada dia com

seus erros e acertos. Por intermédio da presença infantil, há essa esperança de renovação, de novas escolhas, novos jeitos de viver e conviver.

Quando se voltam os olhares para os professores que lecionam nas escolas, é pertinente considerar a possibilidade de contribuírem para o desenvolvimento do olhar crítico, estimulando esses sujeitos a questionarem o lugar do ser humano nas questões ambientais.

Esse posicionamento crítico não se limita aos muros escolares, mas vai além deles, alcançando o meio do qual fazem parte, onde convivem com pessoas de faixa etárias diferentes, e de diferentes graus de instrução e classes econômicas.

Os escritos dessa pesquisa seguem uma subdivisão em cinco seções.

Na primeira seção, intitulada Introdução, abordaremos o escopo do trabalho, a justificativa para a escolha e importância do tema a ser estudado, a apresentação do problema e dos objetivos geral e específicos norteadores da pesquisa.

Na segunda seção, serão abordados aspectos referentes à contextualização dos processos históricos de alfabetização no Brasil e principais métodos de alfabetização. Apresentando o conceito de práticas pedagógicas em educação ambiental, como uma das possibilidades de contribuir, mesmo que de forma modesta, para a formação das crianças que ao lerem o mundo interpretam seu lugar no meio ambiente.

Na terceira seção da pesquisa, foi detalhada a forma que foi realizada a Metodologia, exemplificando os estudos qualitativo e quantitativo, a coleta de dados com os alunos, professores e pais envolvidos no projeto, os questionários, o local do estudo e a análise de dados.

Na quarta seção da pesquisa, serão abordados os resultados detalhando a resposta de cada grupo, alunos, professores e pais. Na quinta seção, o tema a ser abordado são as considerações finais explanando todos os aspectos analisados na pesquisa e os entrelaçando para entender a relevância do projeto. O quadro abaixo sintetiza o escopo dessa pesquisa:

Quadro 1- Escopo da Pesquisa

Escopo da pesquisa	
Seção	Título
1	Introdução
2	Referencial Teórico
3	Metodologia

4	Resultados e Análise de Dados
5	Considerações Finais

Fonte: autora (2020).

É importante mencionar que os professores busquem estar em permanente formação com estratégias de trabalho para suas aulas, promovendo conhecimentos à alfabetização escolar. Continuando esta narrativa a seguir teremos uma seção que trata da alfabetização e das práticas pedagógicas.

2 ALFABETIZAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Nesta seção, serão abordados aspectos referentes à contextualização dos processos históricos de alfabetização no Brasil e principais métodos de alfabetização. Reafirma-se na subseção, o compromisso freiriana de alfabetizar para a emancipação.

Outro aspecto a ser abordado é o conceito de práticas pedagógicas e as práticas pedagógicas em educação ambiental, como uma das possibilidades de contribuir, mesmo que de forma modesta, para a formação cidadã das crianças que ao lerem o mundo interpretam seu lugar no meio ambiente.

2.1 Alfabetização: contexto histórico e político no Brasil

A história da alfabetização no Brasil foi centrada na história dos muitos métodos para alfabetizar. A discussão sobre esses métodos que visam de fato garantir aos sujeitos a inserção no meio da cultura letrada produziu uma série de teorizações e tematizações junto aos estudos e pesquisas a fim de investigar os diferentes modos pelos quais os sujeitos aprendem a ler e a escrever. Desde o fim do século XIX, a dificuldade dos educandos para compreender o que é lido e escrito, particularmente na escola pública, provocou debates sobre o tema que adquiriu mais visibilidade no decorrer das décadas.

Freire (2011) propunha um processo de alfabetização através do qual prevalecesse o significado da palavra. Parafraseando o autor, onde se aprendesse primeiro a leitura do mundo e, através dela, a leitura da palavra. Assim, este grande educador brasileiro organizou e difundiu cursos de alfabetização de adultos através de círculos de cultura que, inicialmente, foram apoiados pelo governo federal. Contudo, com a ditadura militar (1964 a

1985) e, conseqüente exílio de Freire em (1964), o processo de alfabetização foi alavancado pelo Movimento Eclesiástico de Base ligado à Igreja Católica.

Diante disso, temos uma controversa história dos processos de alfabetização. É possível constatar que a inserção ou inclusão das pessoas letradas na sociedade se faz necessário, não somente pelo saber ler e escrever no sentido primeiro de decifrar o código. Mais adiante, compreende-se o ler e o escrever como práticas que devem estar aliadas ao saber compreender, fazer leitura do mundo, estabelecer relação entre o que lê e o mundo em que vive.

Nas décadas que antecederam a Proclamação da República brasileira, o ensino e a aprendizagem iniciais da leitura e escrita começaram a se tornar objeto de preocupação de administradores públicos e intelectuais da Corte e de algumas províncias brasileiras, especialmente São Paulo. Entretanto, foi somente a partir da primeira década republicana, com as reformas da instrução pública, especialmente a paulista, que as práticas sociais de leitura e a escrita se tornaram práticas escolarizadas, ou seja, ensinadas e aprendidas em espaço público e submetidas à organização metódica, sistemática e intencional, porque consideradas estratégicas para a formação do cidadão e para o desenvolvimento político e social do país, de acordo com os ideais do regime republicano. (MORTATTI, 2010, p. 2).

Depois dos anos 30, o ato de saber escrever e ler tornou-se índice avaliativo das escolas públicas, cujas características eram, portanto, a gratuidade e a laicidade. A intenção era ensinar a ler e escrever para que os alunos pudessem enfrentar as urgências sociais, educacionais e políticas do país. A classificação dos métodos de alfabetização se dava de duas formas: sintético (da parte para o todo) e analítico (do todo para a parte). O processo de alfabetização no Brasil é percebido como complexo, taxado por mudanças constantes em função de rupturas relacionadas a projetos políticos e educacionais, ou seja, pelos projetos de governo.

Segundo pensamento de Dickmann (2012, p. 07),

Quanto à concepção de mundo, para Freire o mundo é lugar da presença humana, ou seja, uma realidade objetiva que engloba tanto o mundo natural biofísico quanto o mundo cultural e dos quais o ser humano faz parte, pelos seus aspectos biológicos e pelo seu poder criador. Dessa maneira, o mundo não é apenas suporte natural para a vida, mas o lugar onde o ser humano faz história e faz cultura. E, nesse contexto, o mundo é lugar da existência das relações, das interdependências, tanto entre os seres humanos como destes com o mundo.

Segundo o pensamento de Soares (2004, p. 100),

Alfabetizar letrando ou letrar alfabetizando pela integração e pela articulação das várias facetas de processo de aprendizagem inicial da língua escrita é sem dúvida

o caminho para a superação dos problemas que viemos enfrentando nessa etapa da escolarização; esses caminhos serão tentativas de voltar a privilegiar esta ou aquela faceta como se fez no passado, como se faz hoje, sempre resultando no reiterado fracasso da escola brasileira em dar as crianças acesso efetivo ao mundo da escrita.

A Educação busca caminhos seguros para melhor desenvolver a aprendizagem na fase da infância, que é de suma importância para o desenvolvimento físico, emocional, social e mental da criança a fim de prepará-la e instrumentalizá-la no desenvolvimento de suas competências e habilidades.

Segundo Machado (1992, p. 62), a criança, nessa óptica, é vista como um ser humano em processo de humanização permanente, um cidadão com lugar definido na sociedade, um sujeito em estágio de aprendizagem desde seu nascimento.

As práticas de leitura e escrita eram restritas a poucos indivíduos privados do lar ou nas “escolas” do império. Até o final do império, as aulas denominadas “régias” ofereciam condições precárias de funcionamento e o ensino dependia muito do empenho solitário dos professores e dos alunos.

Para a iniciação do ensino da leitura eram utilizadas as chamadas “cartas do ABC” e os métodos de marcha sintética, ou método sintético (da parte para o todo); da soletração (silábico), partindo dos nomes das letras; fônicos (partindo dos sons correspondentes às letras); e da silabação (emissão de sons), partindo das sílabas. Em 1876, em Portugal, foi publicada a “Cartilha Materna ou Arte da Leitura”, escrita por João de Deus, um poeta português. O conteúdo desta cartilha ficou conhecido como “método João de Deus” ou “método da palavração”.

Na primeira década republicana foi instituído o método analítico que, diferentemente dos métodos de marcha sintética, orientava que o ensino da leitura deveria ser iniciado pelo “todo” para depois se analisar as partes que constituem as palavras. Ainda nesse momento, já no final da década de 1920, o termo “alfabetização” passou a ser usado para se referir ao ensino inicial da leitura e da escrita. A partir da segunda metade da década de 1920, passou-se a utilizar métodos mistos ou ecléticos, chamados de analítico–sintéticos, ou vice-versa. Esses métodos se estendem até aproximadamente o final da década de 1970.¹ Já no início da década de 1980 foi introduzido no Brasil, o pensamento construtivista de alfabetização, fruto das pesquisas de Emília Ferreiro² e Ana Teberosky³ sobre a Psicogênese da Língua Escrita. O Construtivismo não se constitui como um método. Na

¹ A criação das aulas régias marcou o surgimento do ensino público oficial.

² Emília Ferreiro doutorou-se na Universidade de Genebra, sob orientação do biólogo Jean Piaget.

³ Ana Teberosky, pedagoga espanhola.

verdade, propõe uma nova forma de ver o ato de leitura e escritura como um mecanismo processual com etapas sucessivas e hipotéticas

Nesta perspectiva, a educação inicial se constrói para propiciar o interesse das crianças para que experimentem, perguntem e se apropriem desse conhecimento para, a partir daí se desenvolver, e construir-se como agente da sua própria história. Entende-se que para conhecer esse universo é necessária a compreensão das características das relações e suas implicações nas reflexões do cotidiano educativo.

Para Kuhlmann “é preciso avaliar a educação que queremos propiciar às crianças, que relação estabelecer com as famílias e que concepção defender sobre as relações sociais e democráticas” (1998, p. 194).

Neste ponto, a criança se torna o centro das discussões em relação ao tema abordado e é depositária de anseios esperançosos de melhoria não apenas da humanidade, mas do mundo. Referir-se, pois, à educação inicial do sujeito é referir-se à possibilidade de interferir em um ambiente propício para que a criança seja parte da transformação da sua realidade contemporânea e futura.

Percebe-se então, a dificuldade de que o professor vivencie e tenha a certeza da relevância do seu papel, de que pertence seu trabalho não somente ensinar os pontos e questões de conteúdo, da mesma forma orientar, para que o educando seja capaz de expressar-se.

Segundo Gonçalves:

A Educação é a realização dos possíveis atos do sujeito. Em contrapartida, esse sujeito está inserido em um contexto social, em uma convivência com os outros sujeitos, com os quais ele tem de interagir. Essa situação complica o problema da formação, visto que, além de uma formação pessoal, ele deve receber, também, uma formação social, pela qual possa se relacionar com os outros (2005, p. 08).

As ideias sobre a realidade acabam modificando-a. Por haver a crença de que é efetiva a interferência dos sentimentos, conceitos e preconceitos nas reações, aponta-se a tomada de consciência destas representações como um ato consideravelmente necessário para mediação pedagógica pautada e embasada em um fazer significativo.

2.2 Práticas pedagógicas na educação fundamental I

A subseção apresenta questões e pretensões referentes à problemática de como as práticas pedagógicas dos professores nos anos iniciais do ensino fundamental implicam no desenvolvimento do sujeito e contribuem para a alfabetização em educação ambiental.

Segundo Freire (apud MIZUKAMI, 1986, p. 10), entende-se que abordagem tradicional traz uma proximidade do sistema de ensino do qual ainda reflete a educação bancária, isto é, um ensino do qual é passado ao aluno. Mizukami (1986) diz que esse tipo de ensino se parte da ideia de que a atividade mental é caracterizada pela capacidade de armazenar e acumular saberes. Nesta perspectiva entende-se que o conhecimento humano é cumulativo, uma vez que o mesmo é adquirido pela transmissão do mesmo.

Segundo Dickmann e Carneiro:

O mundo é mediador do processo educativo. Como realidade objetiva ele é cognoscível. O diálogo entre educadores e educandos é fundamental para construir novos conhecimentos e compreendendo-se, nesse processo, como seres sociais e habitantes do mesmo Planeta (FREIRE, 1983, 2003).

Como afirma Barbosa (2013), as práticas pedagógicas são culturais, históricas e evoluem em função das necessidades sociais que surgem e do acervo de conhecimento disponível, logo, esse acervo é o que possibilita a criação de uma nova teoria, que venha a justificar a nova prática. Assim também aconteceu e acontecerá com a alfabetização. Seu entendimento sofreu transformações significativas ao longo do tempo, implicando em novas pesquisas, metodologias e redimensionamentos.

É necessário compreender como se dá a alfabetização em educação ambiental nos anos iniciais em se tratando do desenvolvimento das competências e habilidades dos indivíduos inseridos no âmbito escolar. Estudar e sustentar futuras e diferentes perspectivas sobre alfabetização em educação ambiental e as práticas pedagógicas dos professores torna-se essencial e justificado para os dias atuais.

A BNCC é de fundamental importância para as bases educacionais como um todo e em especial para a alfabetização, já que trabalha com o acolhimento integral da criança e sua inserção na vida escolar, priorizando para isso atividades de caráter lúdico, como por exemplo, jogos e brincadeiras, de viés artístico, tais como o desenho e o canto, e trabalhos científicos, como a compreensão dos processos naturais e sociais. A metodologia adotada pela BNCC é a integralização de múltiplas disciplinas no processo de alfabetização.

O documento apresenta a seguinte ideia sobre o conceito de alfabetização: “[é] entendida como compreensão do sistema de escrita alfabético-ortográfico, e o domínio progressivo das convenções da escrita, para ler e produzir textos em diferentes situações de comunicação” (BRASIL, MEC, BNCC, 2015, p. 29).

Para Gontijo (2015, p. 187), “o caráter político da alfabetização continua ausente do texto preliminar da BNCC”. Essa ausência, entretanto, é manifestada não apenas no

referido documento, mas também em outros planos oficiais de significativas produções acadêmicas brasileiras. O enfoque dado ao caráter instrumental e funcional da alfabetização fez com que fossem deixadas de lado as preocupações inerentes ao ensino da leitura e à escrita.

Se considerarmos que “a alfabetização é um direito humano fundamental de natureza social” (FERRARO, 2014, p. 85), reconheceremos a necessidade da articulação entre a dimensão linguística e pedagógica e as dimensões políticas da leitura e da escrita. Ferraro (2014) alega, ainda, que se o analfabetismo é uma forma de injustiça social, o contrário também é válido: a alfabetização é um instrumento de justiça social. Desta forma, é importante levar em conta que a defesa de uma radicalidade no projeto político-pedagógico em cenário brasileiro é necessária e pode auxiliar na construção de referências para a alfabetização.

Segundo o pensamento de Dickmann e Carneiro:

Tal concepção possibilita uma educação voltada para a construção de um sentimento de pertencimento ao mundo e uma compreensão de mundo sistêmico-dinâmica, na qual está implicado o desenvolvimento de uma consciência ecológica, que não só identifica problemas, mas reflete sobre ações não-predatórias, ou seja, alternativas sustentáveis para o ambiente de vida como um todo. (2012, p. 92).

É preciso superar a ideia de que alfabetizar é tão somente adquirir habilidades de ler e escrever. O processo vai muito além disso e, atinge os patamares políticos, sociais, econômicos e culturais (FREIRE; MACEDO, 1990). Ora, as práticas pedagógicas devem formar pessoas conscientes de sua atuação na sociedade e de seus direitos, e essa formação não acontece em metodologias que restringem o campo a um pensamento único e a uma crença sem efetividade científica.

Assim, é preciso ampliar os campos de abordagem do processo alfabetizador e assumir sua pluralidade, entendendo que a prática cultural de ler, escrever compor e interpretar leva à formação e compreensão de complexas redes de pensamento e ao nascimento de acepções identitárias e à quebra de um ciclo vicioso de crenças (BOURDIEU, 2006).

A BNCC traz o que se considera como consagração da crença, visto que, ao se referir ao binômio alfabetização-letramento, indica dimensões de apropriação e domínio do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) e de usos e práticas dos atos de ler e escrever (o letramento), implicando na força de *alfabetizar letrando*, tida como a nova metodologia de alfabetização contemporânea.

Para Peres (2016, p. 18),

A crença na alfabetização como processo de desenvolvimento de práticas letradas (alfabetizar letrando) e de aquisição do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) não pode dar uma falsa e ingênua impressão de que o ensino inicial da leitura e da escrita circunscreve-se aos aspectos pedagógicos e de que disso depende a solução da problemática da alfabetização das populações brasileiras (crianças e adultos). Não se pode igualmente, no esforço de impor a crença, prescindir da pluralidade necessária quando se trata da complexidade da alfabetização.

Desta forma, ao se trabalhar a abordagem do processo de alfabetização dentro das páginas da BNCC, é importante considerar uma falha pertinente à grande maioria dos documentos que tratam da educação no Brasil: a restrição do ato alfabetizador ao “fazer o aluno conseguir ler e escrever”, e que revela uma prisão a crenças e ideias que devem ser superadas.

O formador e o formando, parecendo que um sabe um mais que o outro – o que pode até ser assim -, mas na ação de ensinar e aprender tem troca de conhecimentos e do mesmo jeito que eu ensino, eu também estou aprendendo e vice e versa. “Quem forma se forma e re-forma ao for-mar e quem e formado forma-se e forma ao ser formado” (FREIRE, 2018, p. 25)

Deve-se levar em conta que alfabetizar é produzir sentidos que rasgam os limites físicos e cognitivos e atingem níveis de produção e funcionamento da dinâmica social como um todo, e que acontece por meio da cientificidade, da ludicidade e da arte. O *alfabetizar letrando* não é um problema (inclusive existem estudos científicos que comprovam o valor dessa metodologia), mas o que se põe em dúvida é a adoção de uma hegemonia e de perspectivas dogmáticas que desviam o foco de atenção no campo sem contestar os princípios que regem a estruturação dessas ideias.

3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A pesquisa sobre a educação ambiental se constitui de um vasto interesse para que possamos dar continuidade e evoluir no estudo. É importante o conhecimento histórico desde seus primórdios a respeito da temática ambiental.

Segundo Lima (1984), conforme citado por Guimarães (2007), (...) a educação ambiental está sendo postulada como um agente fortalecedor e catalisador dos processos de transformação social.

E ainda,

(...) A educação ambiental assume a posição de promover conhecimento dos problemas ligados ao ambiente, vinculando-os a uma posição global; preconiza, também, a ação educativa permanente, através da qual a comunidade toma consciência de sua realidade global (GUIMARÃES, 2001, p. 18).

Deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações, convertendo cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.

A pesquisa sobre a educação ambiental se constitui em um campo de vasto interesse atual e com inúmeros desafios a serem confrontados e superados. Apresento alguns conceitos e concepções de autores pertinentes para o presente estudo no qual suas ideias tornam-se fundamentais e necessárias para o início da pesquisa empírica e a base teórica.

3.1 Histórico da educação ambiental

O campo da educação ambiental tem se desenvolvido nas últimas décadas, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988 onde mereceu o Capítulo VI para o Meio Ambiente e o artigo 225, VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Esse dispositivo constitucional juntamente com a Política Nacional de Educação Ambiental de 1999 tem assegurado como política de estado, embora em dados momentos históricos governos não entendam dessa forma.

Segundo Dickmann e Carneiro:

A dimensão do conhecimento, para Paulo Freire, é entender o mundo a partir da totalidade da vida humana superando a fragmentação da realidade. Esse conhecimento se dá por uma comunicação dialógica entre sujeitos a respeito de um determinado objeto; pois todo ser humano tem uma bagagem de conhecimento, o “[...] saber da experiência feito” (FREIRE, 2003, p. 69)

Sempre cabe rever aspectos históricos marcantes no desenvolvimento da educação ambiental já que trata se de uma discussão iniciada na década de 1960, quando os problemas ambientais começaram a tomar forma e perturbar aqueles mais atentos ao seu planeta.

Nas palavras de Guimarães, “O novo mundo que queremos, mais equilibrado e justo, requer o engajamento pessoal e coletivo de educadores e educandos no processo de transformações sociais” (2007, p. 09) e, pondera, ainda:

A educação ambiental é um campo de conhecimento em construção e que se desenvolve na prática cotidiana dos que realizam o processo educativo. Pretende-se, portanto, clarear e incentivar os primeiros passos de quem inicia essa importante caminhada (2007, p. 10).

De acordo com a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em 1977 em Tbilisi, Geórgia (ex-URSS),

A educação ambiental é considerada um processo permanente, no qual, os indivíduos ou comunidade tomam consciência sobre o meio ambiente, adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e a determinação para agir individualmente e coletivamente para resolver problemas ambientais, tanto presentes quanto futuros (DIAS, 2010, p. 92).

Foi a partir da década de 80 que a Educação Ambiental se tornou objeto de estudo, discussão e crítica por parte de educadores e ambientalistas brasileiros, resultando assim, no âmbito da educação, em significativas e catalizadoras alterações. Tais modificações podem ser visualizadas na Constituição Federal (Art. 225) e, também, na expressa necessidade que viesse a permear todo o novo currículo, conforme prioriza a Lei 9394/96, que trata da nova LDB (RIBEIRO; RAMOS, 1999).

Carvalho aborda que a Educação Ambiental passa a integrar as ações do governo no Brasil aparece na legislação desde 1973 como atribuição da (Sema) primeira secretaria especial do Meio Ambiente (2006, p. 52).

Ainda sobre o pensamento de Carvalho (2006, p. 51-52):

A educação ambiental é concebida inicialmente como preocupação dos movimentos ecológicos com uma prática de conscientização capaz de chamar a atenção para a finitude e a má distribuição no acesso aos recursos naturais e envolver os cidadãos em ações sociais ambientalmente apropriadas.

Ao longo dos anos a Educação Ambiental tornou-se tema recorrente devido à necessidade de se perceber melhoria no mundo em que vivemos, sendo facilmente notado

que em vez de evoluirmos, estamos regredindo cada vez mais em nossa qualidade de vida de um modo geral (GUEDES, 2006).

Conforme destacam os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1997a, p. 25):

[...] Eleger a cidadania como eixo vertebrado da educação escolar implica colocar-se explicitamente contra valores e práticas sociais que desrespeitem aqueles princípios, comprometendo-se com as perspectivas e as decisões que os favoreçam. Isto refere-se a valores, mas também a conhecimentos que permitam desenvolver as capacidades necessárias para a participação social efetiva.

Por ser proposta nos PCN como tema transversal está ligada à complexidade de se entender os métodos. Campiani afirma que ainda é “pouco clara a definição do conceito de transversalidade e efetivamente as suas implantações nas práticas pedagógicas, o que implica na necessidade de que sejam elucidadas” (2001, p. 52).

Medauar dispõe sobre a efetivação da lei sobre Educação Ambiental em 27 de abril de 1999, tornando-a presente na educação nacional pela Lei nº 9.795, disposto em seu Art. 1º

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

A referida lei apresenta um conceito de educação ambiental que indica o enfrentamento das desigualdades e da injustiça socioambiental, quando reafirma o disposto no caput do Art. 225 da constituição Federal de 1988: o meio ambiente é bem de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida. Deixa claro ainda que dimensões políticas e social da educação e que estas não existem separadas da existência dos indivíduos, e de seus valores, crenças e subjetividades.

Cabe trazer a luz, o fato de a lei PNEA, foi promulgada seta anos depois do Fórum Global da Rio-92. Houve um processo de discussões que certamente repercutiram na mesma. Isso Pode ser registado dado a maneira como as organizações não governamentais reunidas no Fórum Global da Rio-92 organizaram o movimento de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global que constituem alguns princípios, dos quais salienta-se:

A educação ambiental é um direito de todos, somos todos aprendizes e educadores; deve ter como base o pensamento crítico e inovador em qualquer

tempo ou lugar em seus modos formal, não formal e informal promovendo a transformação e a construção da sociedade; é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações; A educação ambiental não é neutra, mas ideológica; deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações, convertendo cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis (PELICIONI, 1998, p. 21).

Neste caso, a educação ambiental desenvolve-se como um campo fundamental, tendo em vista para o atual momento, mas, principalmente pensando o futuro. Será por meio dessa educação e conscientização para o respeito e o cuidado que haverá a possibilidade de transformar e, assim, conservar a construção de um ambiente saudável por meio do cultivo do cuidado e da harmonia com os elementos bióticos e abióticos.

Contando com a participação do homem que, coletivamente, está a se organizar e está em busca de leis para reivindicar a mudança de pensamento e atitudes ecológicas, mas que essas mudanças aconteçam naturalmente, de forma harmônica e com inúmeras vantagens para ambas às partes.

Segundo a UNESCO: “Educação ambiental é uma disciplina bem estabelecida que enfatiza a relação dos homens com o ambiente natural, as formas de conservá-lo, preservá-lo e de administrar seus recursos adequadamente” (2005, p. 44).

Dessa forma, a Educação Ambiental pode preparar um indivíduo para exercer sua cidadania, promovendo uma participação efetiva nos processos sociais, culturais, políticos e econômicos relativos à preservação do “verde no nosso planeta”, que atualmente como se sabe, encontra-se em uma crise, onde precisa urgentemente de uma recuperação (MEDEIROS *et al*, 2011).

A escola é educadora ambiental, considerando a importância da temática ambiental sobressaem-se as escolas como espaços privilegiados no desenvolvimento socioambiental dos alunos.

Segundo Freire (2004), a aprendizagem deve transformar o sujeito na reconstrução dos saberes e conhecimentos. Desse modo, a aprendizagem se tornará significativa para os integrantes s deste método, isto é, professor e aluno. “Nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador igualmente sujeito do processo” (FREIRE, 2004, p. 26).

Reflete-se, dessa maneira, sobre a necessidade de atividades de campo e de sala de aula, com projetos que estimulem o cuidado e o comprometimento ambiental e que elevem a autoconfiança, implementados de modo interdisciplinar. Isso porque é especialmente

dessa forma que será possível que as próximas gerações que assim forem formadas e alfabetizadas para o cuidado com o ambiente, cresçam em um novo modelo de educação, estabelecendo outra relação com o planeta.

De acordo com o pensamento de Narciso (2009), entende-se a importância de conceitos tais como o de observação. As crianças devem observar comportamentos que contribuam para torná-las ambientalmente corretos, e passando a habitar em um ambiente escolar estes necessariamente precisam fazer parte de seu cotidiano.

Como estudamos e constatamos perenemente, nós necessitamos do ambiente, ele garante a nossa existência. A Educação Ambiental é um espaço de construção individual e coletivo em nível local e global, que permite a mudança do estilo de pensamento. No dizer de Morin (2005) mudanças de quem educa e de quem está sendo educado.

E para respaldar esses pensamentos, cita-se Morin (2013) que destaca a importância da busca de estratégias de mudança da prática pedagógica para os objetivos e as estratégias previamente elaborados e integrados para o desenvolvimento físico, intelectual dos educandos. Assim, tornar-se-ão agentes ativos no processo de preservação do meio ambiente.

Para melhor entender o histórico da Educação Ambiental Mundial e o que começou a ser construído a partir de 1972, organizou-se o seguinte quadro:

Quadro 2 - Histórico da Educação Ambiental Mundial

Período	Conceito	Contexto
Década de 60	UNESCO/PNUMA	Roma-Itália
Década de 70	Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável	Suécia- Estocolmo
Década de 80	I Conferência de Tbilisi	Suíça – Viena Geórgia, ex-União Soviética (URSS),
Década de 90	ECO 92 RIO 92 Globalização da Economia Agenda 21 Carta da Terra (Lei 9795/ 99-Art.1º PNEA)	Rio de Janeiro – Brasil
Século XX	RIO + 10 Desenvolvimento Sustentável A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20, foi uma <u>conferência</u> realizada entre os dias 20 e 22 de junho de 2012 na cidade brasileira do Rio de Janeiro, cujo objetivo era discutir sobre a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável.	África do Sul- Johannesburg o
Século XXI	RIO +20 Desenvolvimento ONU Sustentável Governança e desenvolvimento sustentável	Rio de Janeiro- Brasil

Fonte: Construção da Pesquisadora (2019) com base em Dias (2010); Guimarães (2007).

De acordo com o quadro acima pode - se compreender a educação ambiental em termos globais, uma vez que a sua constituição traz benefícios e a toda sociedade, educar nesse sentido requer um novo modelo, a conscientização de que a educação ambiental é fundamental para o desenvolvimento equilibrado da sociedade global.

O global é mais que o contexto, é o conjunto das diversas partes ligadas a ele de modo inter- retroativo ou organizacional. Dessa maneira, uma sociedade é mais que um contexto: é o todo organizador de que fazemos parte. O planeta Terra é mais do que um contexto: é o todo ao mesmo tempo organizador e desorganizador de que fazemos parte (MORIN, 2011, p. 34-35).

Como se pode perceber a educação que transforma e emancipa estará centrada na condição humana. Assim, entende-se que:

[...] a Educação Ambiental Formal e Não-Formal é um processo de práxis educativa, que tem por finalidade a construção de valores, atitudes, conceitos, habilidades, normas, saberes e práticas partilhadas para a construção de um estilo de pensamento que contribua para a Cidadania Ambiental (LIMA, 2007, p. 34).

Assim, a educação ambiental tem desenvolvido em cada década levando o ser humano a refletir sua condição planetária e a forma de ser e estar nesse espaço como hora como fragmentos de um todo, hora tentando integrar as partes para constituir o este cidadão contextualmente planetário.

A educação ambiental promove a transformação para conscientização de mudanças e atitudes para uma sociedade crítica e consciente, garantindo a qualidade de vida e preservação do meio ambiente. A educação é o caminho para essas mudanças. Educadores designados a exercer essa prática serão de suma importância a partir do momento que construam estratégias transformadoras no âmbito escolar, sendo contribuintes na formação desses estudantes nos anos iniciais com práticas sociais e ambientais.

Se considerassem todos os aspectos que compõem a questão ambiental, ou seja, os aspectos políticos, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, culturais, ecológicos e éticos; que a Educação Ambiental deveria ser o resultado de uma reorientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas, que facilitassem a visão integrada do ambiente; que os indivíduos e a coletividade pudessem compreender a natureza complexa do ambiente e adquirir os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar eficazmente da prevenção e solução dos problemas ambientais [...] (DIAS, 2010, p. 83).

Diante da temática busca-se a conscientização ambiental no âmbito educacional a partir de práticas pedagógicas para a construção de uma sociedade comprometida com o

meio ambiente, formando cidadãos críticos, construindo uma percepção da importância do respeito pelo coletivo, pelo cuidado com o outro.

3.2 Conhecimentos pertinentes e percepção ambiental

O conhecimento pertinente é um pensar complexo que permite mudar o estilo de pensamento e as percepções do contexto, do global e as dimensões complexas da realidade. Este estilo de pensar poderá evidenciar:

[...] de um lado, os saberes desunidos, divididos, compartimentados e, de outro lado, as realidades ou problemas cada vez mais multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários (MORIN, 2011, p. 33).

Se torna um grande desafio para o educador contribuir para a formação de um ser livre e crítico, que possa fazer parte da tomada de decisões dentro da sociedade e fazer parte das soluções a serem construídas.

Segundo Freire (2011, p. 43), a prática pedagógica dentro da sala de aula deve ser refletida para como o educando pode de fato apreender uma vez que esse aprendizado seja eficiente e que o mesmo não se sinta oprimido assumindo a libertação, caso a deseje. Freire (2011, p. 48), compara “libertação” ao “parto” ilustrando uma ruptura com a estrutura estabelecida até então para a educação, um processo doloroso, que precisa ser gerado na mente das pessoas, até poder irromper.

Ainda segundo o autor, o educador democrático tende a reforçar a capacidade crítica do educando trabalhando com a rigorosidade metódica, isto é, indo além da mera transmissão de conteúdo e reconstrução do saber, sendo também autores desse saber, estimulados, logo pode-se apontar que em “saber ensinado, em que o objetivo ensinado é aprendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos”.

A educação ambiental apresenta-se tanto em sua origem como hodiernamente como possibilidade de contribuir com melhoria da qualidade de vida do ser humano e ambiente onde vivem. A interferência do ser humano sobre o ambiente é involuntária, de modo que modifica o ambiente em que vive, quer queira, quer não queira. Todavia, essa interferência pode ser o mínimo da nossa possível. É possível se ambientar ao período e tempo.

Sobre a preservação do meio ambiente onde o sujeito está inserido encontram-se conflitos necessários sobre a importância da preservação e conscientização sobre as múltiplas diversidades de condições climáticas, dos inúmeros ecossistemas, da sua

diversidade de fauna e flora e outros elementos que conectam o meio ambiente que podemos simbolizar e chamar de lar.

Guimarães (2007, p. 19) destaca que:

Devemos separar o mito do homem sobre a natureza e mudar as ações que massacram e responsabilizam o homem comum. Devemos estar atentos para manipulação publicitária. Ao Invés de produzirmos alimentos, habitações e bens com duração muito reduzida.

Leff escreve que há uma clara relação entre o desenvolvimento dos homens e os problemas ambientais. “A problemática ambiental – a poluição e degradação do meio, a crise de recursos naturais – surgiu, nas últimas décadas do século XX, como uma crise de civilização, questionando a racionalidade econômica e tecnológica dominantes” (2007, p. 61).

Devem-se integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Destarte, é convertida cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis. Assim é que se transforma uma comunidade organizada por sujeitos comprometidos, cujas práticas são alicerçadas em uma percepção ecologicamente correta. Como afirma Garcia (1993, p. 35) citado por Guimarães, “numa sociedade com pouca tradição democrática como a nossa, a educação ambiental deveria contribuir para o exercício de cidadania, no sentido da transformação social” (2000, p. 68).

A percepção ambiental pode ser apresenta com diferentes adjetivos. Porém, seus princípios e conceitos serão os mesmos de acordo com o pensamento Lima, que nos traz a percepção ambiental como sendo “[...] um conhecimento concebido a partir da percepção que o sujeito tem sobre seu entorno. A percepção ambiental é, portanto, o processo de apreender o ambiente, protegendo-o.” (2007, p. 48).

Aqui temos autores que compartilham de seus pensamentos e olhares sobre a percepção ambiental com uma finalidade comum, sendo ela de preservar o espaço em que os seres vivos habitam. Deste modo, desenvolver a capacidade de coabitar com as diversidades existentes nas profundas regiões do mundo que aponta uma variedade de ambientes e bens naturais juntamente com os povos que compõe sua paisagem com o homem interagindo, participando e solucionando problemas.

De acordo com Morin (2011, p. 37)

A educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso da inteligência geral. Este uso total pede o livre exercício da curiosidade, a faculdade mais expandida e a mais viva durante a infância e a adolescência, que com frequência, a instrução

extingue e que, ao contrário, se trata de estimular ou, caso esteja adormecida, de despertar.

Nesta esteira, há uma percepção ambiental nos anos iniciais por meio de aulas com abordagem ambiental, podendo algumas vezes não ter uma base de conhecimentos e aprofundamentos sobre o tema deixando muitas vezes lacunas, mas estimulam a curiosidade dos educandos.

Como cita Guimarães (2007, p. 14),

Do processo educativo voltada para a participação de seus atores, educandos e educadores, na construção de um novo paradigma que contemple as aspirações populares de melhor qualidade de vida socioeconômica e um mundo ambientalmente sadio.

E ainda que possa despertar:

[...] Não basta apenas atitudes “corretas” como por exemplo, separar o lixo seletivamente para ser reciclado, se não forem alterados também os valores consumistas, responsáveis por um volume crescente de lixo nas sociedades modernas (GUIMARÃES, 2007, p.14).

A educação ambiental nos anos iniciais do ensino fundamental propicia esse aprendizado do mundo como um todo, sem fragmentar o conhecimento. Isso é perceptível na Base Nacional Curricular Comum (2017) que explicita a intencionalidade educativa que permeia a relação do ensino aprendizagem no processo de desenvolvimento da criança.

Os campos de experiências são relevantes para a criança, sendo neles contemplados, segundo consta na Base Nacional Comum Curricular, com os objetivos de:

Aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e brincadeiras como eixos estruturantes. Essas aprendizagens, portanto, constituem-se como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. (BNCC, 2017 p. 39).

O desenvolvimento da criança com base nos objetivos que venham desenvolver e agregar um conhecimento singular em suas vidas e de seus pares, visando aprimorar a visão de si e do ambiente em que vive. Também temos, entre outros autores, a visão de percepção ambiental de Jacobi que descreve a percepção ambiental como “[...] percepções ‘visão/compreensão’: a percepção que as pessoas têm sobre o meio ambiente no qual vivem e sobre a melhor forma de preservá-lo e melhorá-lo [...]” (2008, p. 29).

Seguindo o tema de acordo com a linha de pensamento dos autores e os objetivos da proposta dessa subseção, apreende-se que o tema é denso em face dos inúmeros temas que convergem com a educação ambiental.

O objetivo seria formar sujeitos alfabetizados não só em escrita, para a leitura para o numeramento, mas principalmente em conhecimentos pertinentes a viver no século XXI. Segundo Segura, “a escola foi um dos primeiros espaços a absorver esse processo de “ambientalização” da sociedade, recebendo a sua cota de responsabilidade para melhorar a qualidade de vida da população, por meio de informação e conscientização” (2001, p. 21).

Partindo desse ponto os professores que tem a função de estar com esses sujeitos e construir conhecimentos que sejam referência ao contexto, principalmente capazes de contribuir para a transformação do conhecimento e da percepção dos mesmos.

Outro aspecto seria observar como é o planejamento referente ao tema do meio ambiente é construído e como a questão ambiental é tratada no Projeto Político pedagógico escolar.

Para respaldar o que a legislação traz para a educação ambiental, em relação aos estudantes, temos a contribuição de Dias (2004, p. 523): “EA é um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio e adquirem conhecimento valores, habilidades, experiências e determinação que os tornem aptos a agir e resolver problemas ambientais, presentes e futuros”.

O que fica desta reflexão a respeito da pertinência do conhecimento e percepção sobre o ambiente é que o conhecimento sobre o mundo e do mundo são estratégias cognitivas e vitais para a sobrevivência dos seres humanos.

A educação ambiental nas escolas deve ser abordada e praticada em todas as áreas de conhecimento, conforme previsto na Lei 9795/1999 – PNEA, propiciando uma integração envolvendo todas as áreas e não apenas em uma disciplina específica ou em datas comemorativas e projetos aplicados nessas datas. Pode-se desenvolver práticas exitosas com a educação ambiental em atividades dirigidas ao tema numa perspectiva de valores e vivências na qual esses alunos poderão desenvolver atitudes e cuidados em relação ao mundo e ao meio ao qual pertencem com o objetivo de alfabetizar e possibilitar o conhecimento ambiental nos anos iniciais.

3.3 Tendências pedagógicas em educação ambiental

As práticas pedagógicas em educação ambiental têm desafiado os educadores a uma mudança de estilo de pensamento. No entender de Morin (2011, p. 33), “para articular e organizar os conhecimentos e assim reconhecer e conhecer os problemas do mundo, é necessária a reforma do pensamento”. A educação ambiental tem sido trabalhada como campo teórico metodológico em construção. Considere – se, a multireferencialidade das práticas e concepções dos sujeitos envolvidos nestes processos educativos.

As práticas educativas em educação ambiental nem sempre tem ocorrido com clareza de objetivos e intencionalidade. Este comportamento revela o quanto o campo ambiental na vida escolar está relegado ao abandono, a falta de formação dos professores e principalmente e a falta de compreensão da multidimensionalidade dos seres humanos.

A ideia do antropocentrismo tem como pilar a ideia de que o ser humana é o centro de tudo, tendo privilégios dos quais cria se uma diferenciação entre os sujeitos, o que o torna merecedores da tutela jurídica que outros (CAMPOS, 2005). Esse conceito traz a ideia de que o homem é o ser racional, do qual cabe a si o direito á preservação das espécies em geral, do qual todo o resto só tem um valor instrumental para a sujeição dos seus interesses.

O desenvolvimento dessa prática educativa e sua respectiva área de conhecimento se conectam em várias possibilidades de acordo com as percepções e formações trazendo a prática com seus protagonistas, com os contextos sociais nos quais se inserem e com as mudanças ocorridas ao longo do tempo.

Muitos autores reconhecidos têm se debruçado na esteira da construção conceitual e epistemológica da educação ambiental.

Em grande medida, as três macrotendências aqui identificadas e nomeadas – conservacionista, pragmática e crítica – a despeito de pequenas nuances, guardam forte similaridade e alinhamento conceitual e epistemológico com aquelas encontradas no campo da Educação Ambiental por Tozoni-Reis (2004), respectivamente a natural, racional e histórica; e no campo ambiental por Alier (2007), respectivamente o culto ao silvestre, o evangelho da ecoeficiência e o ecologismo dos pobres, o que aponta para uma perspectiva analítica comum se configurando (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 33).

Nesta pesquisa, a proposição de Layrargues e Lima (2014), se apresenta como uma macrotendência no campo da educação ambiental, sugerindo maior abrangência para os estudos pretendidos na análise dos dados empíricos que serão abordados na seção 5

Resultados e Análises da Pesquisa. De acordo com Velho (2019), as macrotendências: conservacionista, pragmática e crítica, são assim apresentadas:

Quadro 3 - Macrotendências de Educação Ambiental

Macrotendência	Descrição	Autor/ano
Conservacionista	Expressa-se por meio das correntes conservacionista, comportamentalista, da alfabetização Ecológica, do autoconhecimento e de atividade de senso-percepção ao ar livre, vincula-se aos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva em relação à natureza e na mudança do comportamento individual em relação ao ambiente baseada no pleito por uma mudança cultural que relativize o antropocentrismo. Sendo atualizada sob as expressões que vinculam Educação Ambiental à “pauta verde”, como biodiversidade, unidades de conservação, determinados biomas, ecoturismo e experiências agroecológicas. Porém apresenta limitado potencial de se somar às forças que lutam pela transformação social, por estarem distanciadas das dinâmicas sociais e políticas e seus respectivos conflitos (2014, p.30).	Layrargues e Lima (2014).
Pragmática	Tem como abrangência as correntes da Educação para o desenvolvimento Sustentável e para o Consumo Sustentável. Tem caracterização a dominância da lógica do mercado sobre as outras esferas sociais, a ideologia do consumo como principal utopia, a preocupação com a produção crescente de resíduos sólidos, consumo verde, responsabilidade socioambiental, certificações, mecanismos de desenvolvimento limpo e ecoeficiência produtiva. Esse sistema proporciona um significativo aumento de geração do lixo, que necessariamente deve ser reciclado para manter sua viabilidade, sendo relacionada à “pauta marrom” (2014, p. 31).	Layrargues e Lima (2014).
Crítica	Aglutina as correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental. Dá ênfase na revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano e dos mecanismos de acumulação do Capital, buscando o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental. Segue o rumo da contextualização e politização do debate ambiental. A Educação Ambiental Crítica tende a conjugar-se com o pensamento da complexidade, como é o caso da questão ambiental, não encontram respostas em soluções reducionistas. As dimensões políticas e social da educação e da vida humana são fundamentais para sua compreensão, mas elas não existem separadas da existência dos indivíduos, e de seus valores, crenças e subjetividades (2014, p.33).	Layrargues e Lima (2014).

Fonte: (LAYRARGUES; LIMA, 2014) adaptado por Velho (2019).

A vertente conservacionista deixou de ser a mais recorrente, ao menos entre os educadores ambientais próximos ao centro orientador do campo, surgindo outros dois caminhos: a vertente crítica despontando como uma alternativa capaz de realizar o contraponto à vertente conservacionista; e a vertente pragmática, derivação ainda não tão nítida da vertente conservacionista, nutrindo-se inicialmente da problemática do lixo urbano industrial nas cidades, como um dos temas cada vez mais utilizados nas práticas pedagógicas.

A macrotendência conservacionista apresenta por meio das correntes conservacionista, comportamentalista, da Alfabetização Ecológica, do autoconhecimento e de atividades de senso-percepção ao ar livre, ligando se aos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva em relação à natureza e na mudança do comportamento individual em relação ao ambiente baseada no por uma mudança seja ela cultural que relacione o antropocentrismo.

A ciência ecológica para Lima (2015, p. 149):

A interpretação e o discurso conservacionistas que conquistaram a hegemonia do campo da Educação Ambiental no Brasil em seu período inicial, foram vitoriosos, entre outras razões, porque se tornaram funcionais para as instituições políticas e econômicas dominantes, conseguindo abordar a questão ambiental de uma perspectiva natural e técnica, que não colocava em questão a ordem estabelecida.

Na primeira década do século XXI, além de apresenta um potencial limitado de se somar às forças que lutam pela transformação social, por estarem distanciadas das dinâmicas sociais e políticas e seus respectivos conflitos.

Para Layrargues e Lima (2014, p. 30),

Vinculam Educação Ambiental à “pauta verde”, como biodiversidade, unidades de conservação, determinados biomas, ecoturismo e experiências agroecológicas. Além de apresentar limitado potencial de se somar às forças que lutam pela transformação social, por estarem distanciadas das dinâmicas sociais e políticas e seus respectivos conflitos.

Sendo bem consolidadas e atualizadas sob as expressões que vinculam Educação Ambiental à “pauta verde”, como biodiversidade, unidades de conservação, determinados biomas, ecoturismo e experiências agroecológicas. Não parece ser a tendência hegemônica no campo.

O desenvolvimento sustentável e para o consumo Sustentável, que abrange é expressão macrotendência pragmática do ambientalismo que decorrem da hegemonia neoliberal instituída mundialmente desde a década de 1980. Caracterizam esse cenário

pragmático a esferas sociais, a ideologia do consumo como principal utopia, a preocupação com a produção crescente de resíduos sólidos, sendo a revolução tecnológica como última fronteira do progresso e a inspiração por onde se evidencia em termos como economia e consumo verde, trazendo a responsabilidade socioambiental, com certificações e mecanismos de desenvolvimento limpo para a ecoeficiência produtiva.

A macrotendência pragmática pode apresentar uma leitura crítica da realidade, se aproveitasse o potencial crítico da articulação das dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas e ecológicas na reflexão sobre o padrão e produção desse lixo gerado.

Ainda segundo Layrargues e Lima (2014, p. 32),

Essa perspectiva percebe o meio ambiente destituído de componentes humanos, como uma mera coleção de recursos naturais em processo de esgotamento, aludindo-se então ao combate, ao desperdício e à revisão do paradigma do lixo que passa a ser concebido como resíduo, ou seja, que pode ser reinserido no metabolismo industrial.

O aumento na geração do lixo, que necessariamente deve ser reciclado para manter sua viabilidade, na medida em que ela busca ao bom senso dos indivíduos para que mudem o seu padrão de conforto gerando assim a responsabilidade das empresas para que essas sejam ecologicamente corretas no geral, não apenas para cumprir tabela, mas para o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental.

No Brasil foi impulsionada a educação ambiental crítica por um contexto histórico de maior seriedade com o surgimento de novos movimentos sociais expressando novos conflitos e demandas entre as quais as ambientais; sendo ambiente favorável da Conferência do Rio em 1992, de uma consciência e cultura socioambiental.

Layrargues e Lima (2014, p. 33) afirmam:

O pensamento da complexidade ao perceber que as questões contemporâneas, como é o caso da questão ambiental, não encontram respostas em soluções reducionistas. As dimensões política e social da educação e da vida humana são fundamentais para sua compreensão, mas elas não existem separadas da existência dos indivíduos, de seus valores, crenças e subjetividades.

Torna-se essa perspectiva complexa não só possível como necessária entre a união das questões culturais, individuais e subjetivas que surgem no contexto das transformações das sociedades, apresentando-se relevante tema de discussão na área da política, da vida cotidiana e de novos movimentos sociais e na gênese do próprio conhecimento.

Um dos grandes desafios da educação ambiental é apontado pela sua grande complexidade da qual requer entendimento sobre sua relevância, quebra de paradigma, e

entendimento sobre a natureza e as limitações que o meio ambiente expressa, nesse sentido, é preciso despertar a consciência ecológica em uma abordagem ampla da qual venha contemplar um movimento da sociedade em termos globais.

A educação ambiental traz inovação e transformação, um olhar de reflexão sobre como as atividades humanas interferem na natureza e o quão danoso isso pode ser, logo, a educação ambiental também traz a sensibilidade da coletividade, visando a prevenção do meio ambiente, buscando eficiência nos processos e alcançando desde as crianças aos adultos em relação a sua importância.

Nesse sentido, mais uma vez Paulo Freire (2006, p. 45) se faz presente:

[...] é preciso que a educação esteja - em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos - adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugué.

A educação está presente em todos os espaços físicos mesmo de forma involuntária, seja nas instituições escolares com suas diretrizes e regras, no qual tais espaços podem ser vistos em locais onde se mora, em espaços livres, igrejas, clube e outros.

Nos espaços não formais há vários projetos sociais que são organizados visando a instrução de determinados conteúdos, como programas da prefeitura, ONG's que visam preencher as lacunas deixadas pelas escolas, várias atividades de cunho socioeducativa-cultural vêm a fortalecer a educação.

Pelo exposto, há que se considerar os avanços que a macrotendência crítica, com sua característica de construir a emancipação humana e proporcionar a transformação social por meio do enfrentamento das desigualdades e injustiças socioambientais. Segundo Morin (2011, p.35) “Unidades complexas, como o ser humano ou a sociedade, são multidimensionais: assim, o ser humano é, ao mesmo tempo, biológico, psíquico, social, afetivo e racional. A sociedade comporta as dimensões histórica, econômica, sociológica, religiosa”. O contexto escolar, ainda carece de reflexão que contemple essa complexidade.

4 METODOLOGIA

4.1 Caracterização do estudo

A presente pesquisa terá abordagem qualitativa, tendo por objetivo investigar e até mesmo interpretar a educação ambiental no ensino fundamental pelas vozes de professores e pelos projetos pedagógicos das unidades escolares.

Para isso, foram realizadas entrevistas para poder caracterizar as práticas pedagógicas de educação ambiental dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental no processo de alfabetização escolar. E, na sequência, foi realizada a análise dos PPPs, fazendo com que os registros encontrados a respeito de educação ambiental foram identificados e distribuídos entre as 3 macrotendências propostas por Layrargues e Lima (2014): conservacionista, pragmática e crítica.

Segundo Minayo (1994), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares se preocupando com a realidade, com valores, crenças, representações de hábitos, atitudes e opiniões as quais não podem ser quantificadas, dependendo assim de compreensão e interpretação. Nesta pesquisa será realizada pesquisa documental.

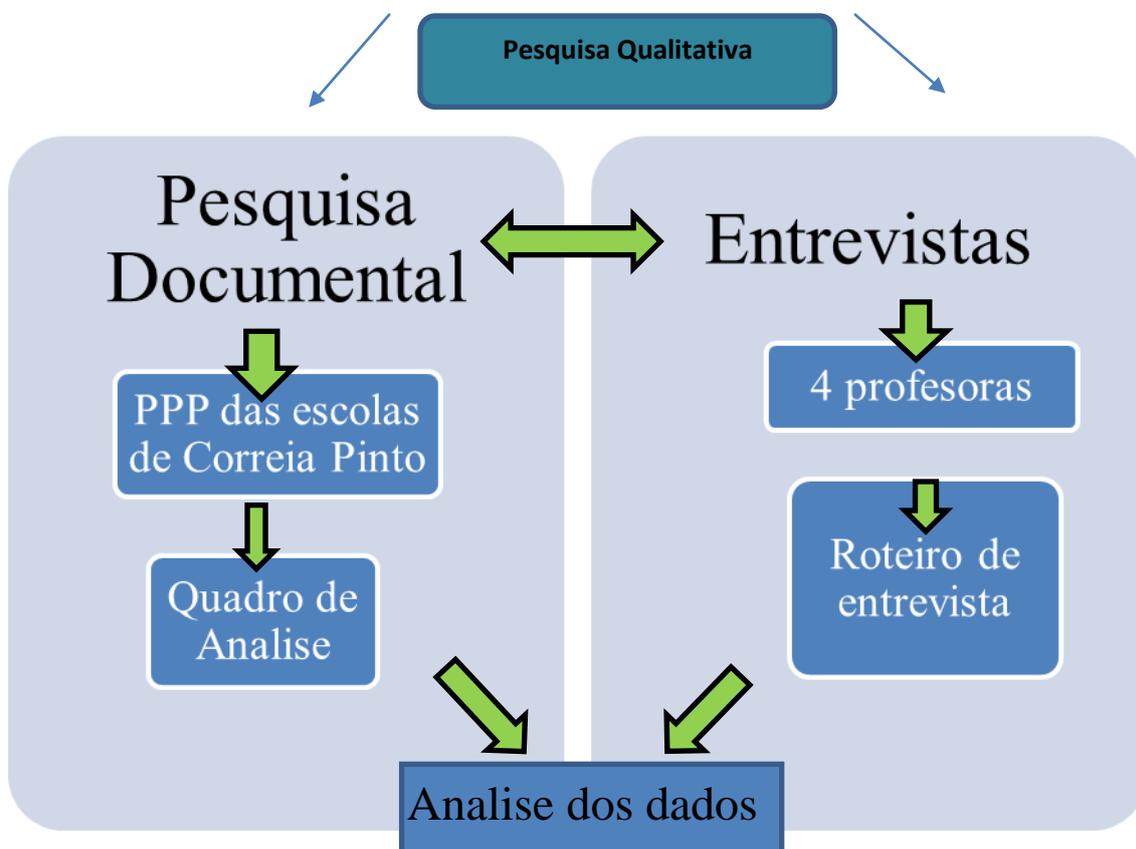
A coleta de dados se dará em duas etapas: por meio de análise documental e; por meio de entrevistas semiestruturadas aplicadas junto aos sujeitos da pesquisa. Nesse sentido, para Gil (2010, p. 46):

A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica.

A preparação da entrevista é uma das etapas mais importantes da pesquisa que requer tempo e exige algumas medidas, entre eles destacam-se: o planejamento da entrevista, que deve ter em vista o objetivo a ser alcançado; a escolha do entrevistado, que deve ser alguém que tenha familiaridade com o tema pesquisado e ou lócus da pesquisa em Práticas pedagógicas em educação ambiental dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental no processo de alfabetização escolar; a oportunidade da entrevista, ou seja, a disponibilidade do entrevistado em fornecer a entrevista que deverá ser marcada com antecedência para que o pesquisador se assegure de que será recebido; as condições favoráveis que possam garantir ao entrevistado o segredo de suas confidências e de sua identidade e, por fim, a preparação específica que consiste em organizar o roteiro ou formulário com as questões importantes (LAKATOS, 1996, p. 181-182).

Para melhor ser compreendido o desenho metodológico da coleta de dados foi elaborado uma representação esquemática.

Figura 2 - Desenho Metodológico da Coleta de Dados



Fonte: Autora (2020)

4.2 Procedimentos de coleta de dados

Como mencionado acima, nesta pesquisa serão utilizados para a coleta de dados a pesquisa documental e entrevista semiestruturadas que serão descritos a seguir.

4.2.1 Pesquisa Documental

a) Conceituando Pesquisa Documental:

A pesquisa documental busca investigar as práticas pedagógicas e tendências de educação ambiental no projeto político pedagógico das escolas da rede pública municipal do município de Correia Pinto (SC).

A pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais e constitui um dos delineamentos mais importantes do campo da história e da economia (GIL, 2010, p. 30).

A investigação realizada nos PPP será fundamental para o levantamento de dados, obtidos através da pesquisa e leitura identificando quando há ou não evidências de educação ambiental, para posterior análise das informações encontradas.

Tendo como base o pesquisador no início da observação dos documentos definidos na pesquisa surge a transformação significativa do conhecimento, não apenas dos sujeitos envolvidos, mas de todos.

b) Procedimentos da pesquisa documental:

Serão observados e examinados os PPPs das quatro escolas participantes do município de Correia Pinto (SC). Por meio de análises nos registros das evidências sobre educação ambiental, projetos e demais atividades que possam caracterizar o entendimento sobre práticas pedagógicas de educação ambiental dos professores nos anos iniciais do ensino fundamental no processo de alfabetização.

c) Quadro de análise da Pesquisa Documental:

A análise dos dados ocorrerá por meio de leituras dos PPPs de cada escola, no processo da transcrição dos dados e na ação da contextualização com os autores citados. Para coleta de dados foi elaborado o Quadro 4 para análise das práticas pedagógicas constantes nos PPPs das escolas.

Quadro 4 - Análise das práticas pedagógicas e tendências de educação ambiental no projeto político pedagógico das escolas do município de Correia Pinto (SC)

P.P.P	Práticas Pedagógicas de Educação Ambiental	Contexto	Tendências Educação Ambiental	Observações
Histórico da Escola				
Processo de Planejamento Geral				
Avaliação Institucional				
Calendário escolar				
Características da população a ser atendida e da comunidade na qual se insere				
Concepção de criança, de desenvolvimento nos Anos Iniciais e de aprendizagem que se fundamenta				
Fins, objetivos e metas				

Fonte: Adaptado de VELHO (2019) ⁴

4.2.2 Entrevistas

a) Conceituando a entrevista:

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo (ROSA; ARNOLDI, 2006, p. 17).

Segundo Ribeiro (2008, p. 141), entrevista é:

A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores.

Para Lakatos, “a preparação da entrevista é uma das etapas mais importantes da pesquisa que requer tempo e exige alguns cuidados, entre eles destacam-se: o planejamento da entrevista, que deve ter em vista o objetivo a ser alcançado” (2010, p. 181-182).

A escolha do entrevistado, que deve ser alguém que tenha familiaridade com o tema pesquisado; a oportunidade da entrevista, ou seja, a disponibilidade do entrevistado em fornecer a entrevista que deverá ser marcada com antecedência para que o pesquisador se assegure de que será recebido; as condições favoráveis que possam garantir ao entrevistado o segredo de suas confidências e de sua identidade e, por fim, a preparação específica que consiste em organizar o roteiro ou formulário com as questões importantes (LAKATOS, 2010, p.182).

b) Procedimento da entrevista:

Entrevista semiestruturada se realizará com quatro professores dos anos iniciais, sendo um de cada escola dos seguintes anos dois professores do primeiro ano do ensino fundamental I, um professor do segundo ano do ensino fundamental I e um professor do terceiro ano do ensino fundamental I. Serão realizadas nas unidades escolares com prévio agendamento. Esse modelo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.

⁴ Legenda: Há evidências = HE
Não há evidências = NHE

Segundo Lakatos (2010, p. 180), a entrevista semiestruturada “é aquela que o entrevistador segue um roteiro estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ele se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano”.

Quanto aos professores, foram seguidos os seguintes critérios de inclusão: Que seja professor da unidade escolar; Que esteja atuando em sala de aula; há mais de três anos; Preferencialmente professores ACT, ou seja, na série que o titular não efetivo será realizado com o professor ACT; Que seja efetivo; Professor do primeiro ao terceiro ano dos anos iniciais.

c) Roteiro de entrevista:

A entrevista foi realizada a partir do roteiro de questões que foram aplicadas com quatro professoras dos anos iniciais nas escolas municipais no município de Correia Pinto (SC). Desses, foram selecionados quatro professores, sendo eles dos anos iniciais, para entrevistá-los. Foram elaboradas questões fechadas com espaço para comentários. Será utilizado um gravador (cuja gravação será informada ao entrevistado e também no TCLE), incluindo notas de Campo e anotações que, após a entrevista serão transcritas.

Quadro 5 - Roteiro de questões para as entrevistas

<p>Questão 1: Que tipo de atividades da E.A são realizada em suas aulas? Objetivo: Identificar se os professores realizam atividades relacionadas ao meio ambiente.</p>
<p>Questão 2: Que tipo de projetos de educação ambiental realizou na escola nos últimos 3 anos? Quais foram? Objetivo: identificar se houve a realização de atividades</p>
<p>Questão 3: Há atividades de educação ambiental no PPP da escola que atua? Como você as classificaria ou conceituaria? Objetivo: Identificar se o professor tem conhecimento do P.P.P da escola onde atua a respeito da E. A. e o conceito com o meio ambiente.</p>
<p>Questão 4: A Educação Ambiental é um processo que objetiva o ensino de preservar a natureza? Objetivo: Observar se os educadores têm noção da existência de uma complexidade que compõem a educação para o meio ambiente ou confundem Educação Ambiental com ecologia.</p>
<p>Questão 5: O que entendes por Educação Ambiental? Objetivo: Identificar se há uma compreensão de que a Educação Ambiental deve desenvolver a conscientização nos alunos para que o meio ambiente seja preservado.</p>

Fonte: autora (2020)

Trazemos uma análise detalhada sobre os dados coletados nas entrevistas feitas com os professores. A análise foi feita em blocos, onde estão relacionados os questionamentos feitos às professoras, que são:

No bloco I, nosso objetivo foi discutir as práticas pedagógicas de educação ambiental realizadas pelos professores dos anos iniciais do ensino fundamental. Para isso, discutiremos as respostas dadas pelas entrevistadas às questões 01 e 04.

No bloco II foram utilizadas as respostas fornecidas nas questões 02 e 03 a fim de identificar evidências de práticas de Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas da rede pública do município de Correia Pinto (SC).

No bloco III pretende-se, por meio da análise das respostas dadas às questões 04 e 05, relacionar as práticas pedagógicas dos professores dos anos iniciais às tendências pedagógicas de Educação Ambiental.

4.3 Questões éticas

Esta pesquisa considera os aspectos éticos, seguindo cuidadosamente o planejamento das atividades em questão. Para manter o compromisso com os aspectos éticos e morais o projeto foi submetido à Plataforma Brasil e avaliada e submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UNIPLAC, iniciando os trabalhos de campo somente após sua aprovação em conformidade com a resolução N° 466 de 12 de dezembro de 2012 e Resolução 510/2016. Aprovado pelo parecer n. 3 648 142 de 17/10/2019 (Anexo A).

Os sujeitos de pesquisa preencheram o termo de consentimento livre esclarecido (TCLE) (Apêndice 1) elaborado pela autora a partir do modelo fornecido pela UNIPLAC. Os sujeitos poderão desistir a qualquer momento e o sigilo será mantido e os nomes dos participantes codificados por codinomes e números.

Quadro 6 - Codinomes das escolas e professoras

CODINOMES DAS ESCOLAS	CODINOMES DAS PROFESSORAS	Ano de última revisão do PPPS
CRAVO	P.A =ESCOLA JASMIM	PPP = 2017
CAMELIA	P.B = ESCOLA MARGARIDA	PPP= 2015
JASMIM	P.C = ESCOLA CRAVO	PPP=2017
MARGARIDA	P.D = ESCOLA CAMELIA	PPP=2017

Fonte: autora (2020).

4.4 Síntese teórica e metodológica da dissertação

Quadro 7 - Referencial teórico-metodológico

Título: Práticas pedagógicas de educação ambiental dos professores nos anos iniciais do ensino fundamental no processo de alfabetização escolar.		
Palavras - Chave Alfabetização escolar. Educação Ambiental. Ensino fundamental. Práticas Pedagógicas.		
Problema: Quais são as práticas pedagógicas de educação ambiental realizadas pelos professores nos anos iniciais do ensino fundamental no processo de alfabetização escolar?		
Objetivo Geral: Analisar as práticas pedagógicas de educação ambiental realizadas pelos professores dos anos iniciais do ensino fundamental no processo de alfabetização escolar.		
Objetivos Específicos	Capítulos	Metodologia
1- Discutir as práticas pedagógicas de educação ambiental realizada pelos professores nos anos iniciais do ensino fundamental.	Práticas Pedagógicas Alfabetização	Pesquisa documental Entrevistas
2- Identificar evidências de práticas de educação ambiental nos Projeto Político Pedagógico das escolas da rede pública do município de Correia Pinto (S/C).	Educação Ambiental	Pesquisa Documental
3- Relacionar as práticas pedagógicas dos professores dos anos iniciais as tendências pedagógicas de educação ambiental.	Educação Ambiental Tendências Pedagógicas	Pesquisa Documental Entrevistas

Fonte: autora (2020)

5 RESULTADOS E ANÁLISES DA PESQUISA

5.1 Análise dos PPPs das unidades escolares

Para as análises dos quatro PPPs das escolas municipais do município de Correia Pinto (SC), utilizamos codinomes, assim preservando o sigilo da pesquisa e, conseqüentemente, a identidade de seu corpo docente. Foram escolhidos, para os PPPs das instituições utilizadas na pesquisa, nomes de flores que fazem parte de ruas nos bairros do município.

A razão da escolha é que, como as flores, as escolas proporcionam abrigo, educação e estímulos para as crianças. Eles oferecem um porto seguro onde o conhecimento, o afeto e um mundo novo estão à espera das crianças, dando início à caminhada em busca da construção de sua autonomia da socialização com outras pessoas e do desenvolvimento de relações de pertencimento com o meio ambiente.

O PPP é um documento elaborado coletivamente que embasa o andamento das unidades escolares, dos projetos, seu funcionamento, suas regras e demais atividades que são responsabilidades das escolas e, por esse motivo, sua investigação torna-se fundamental. Para esta análise, foi elaborado um quadro, como roteiro para a pesquisa documental dos PPPs, como pode ser observado:

Quadro 8 - Análise das práticas pedagógicas e tendências de educação ambiental no projeto político pedagógico das escolas do município de Correia Pinto, (SC)⁵

P.P.P	Práticas Pedagógicas de Educação Ambiental	Contexto	Tendências Educação Ambiental	Observações
Histórico da Escola	NHE: o histórico apresentado nos PPPs relata, de uma forma técnica, as primeiras coordenadoras e datas, bem como a lei que sustenta a importância da criação das escolas, sem fazer relação com a comunidade e o meio ambiente onde se insere.	NHE: as práticas pedagógicas ficaram a parte do histórico das escolas, mesmo sendo um dos alicerces da educação.	Macrotendência Demonstram que a institucionalização da Educação Ambiental ocorreu prioritariamente por meio do sistema ambiental, e não do educacional. Tanto do ponto de vista simbólico e político quanto do ponto de vista institucional foi do campo ambiental que a Educação Ambiental brasileira	Foram encontrados relatos de como iniciou as escolas de uma forma técnica e objetiva, sem relatar o contexto ambiental.

⁵ Legenda: Há evidências = HE
Não há evidências = NHE

			herdou a parte mais significativa de sua identidade e de suas realizações históricas (LAYRARGUES E LIMA2014, p.27).	
Processo de Planejamento Geral	HE: Nos PPPs das escolas:Cravo e margarida. Foi encontrado de forma secundária nos PPPs das 4 escolas “As intervenções e ações metodológicas [...] atividades extraclasse como passeios, [...] Implantação das apostilas do sistema Positivo no ano de 2017, “sendo assim o novo fazer pedagógico tem como base abranger várias áreas do conhecimento em geral(escola Cravo)	HE: Nos PPPs das escolas Cravo e margarida. As práticas estão embasadas na BNCC 2017.	Crítica: As dimensões política e social da educação e da vida humana são fundamentais para sua compreensão, mas elas não existem separadas da existência dos indivíduos, de seus valores, crenças e subjetividades. (LAYRARGUES LIMA2014, p.33).	Na descrição do projeto “Preservação do patrimônio público” pode-se encontrar timidamente a presença da educação ambiental, mesmo que em segundo plano pois o foco desse projeto é o cuidado com a estrutura e mobília das escolas.
Avaliação Institucional	NHE: como instituição a avaliação do desenvolvimento das atividades nas escolas não é apresentada.	NHE: O bom desenvolvimento pedagógico é primordial para o desenvolvimento das crianças e sua não avaliação pode descaracterizar sua função.	Crítica: As dimensões política e social da educação e da vida humana são fundamentais para sua compreensão, mas elas não existem separadas da existência dos indivíduos, de seus valores, crenças e subjetividades. (2014, p. 33).	Mais uma vez a educação ambiental ficou a parte da escrita e do cotidiano das escolas.
Calendário escolar	NHE: Nos PPPs das escolas Camelia, Jasmim, Margarrida e cravo não encontramos datas determinadas a serem trabalhadas, tais como: Dia mundial da água, Dia da árvore etc.	NHE: Nos PPPs das escolas não encontramos evidencias descritas nem e estratégias que seriam utilizadas nas datas comemorativas relacionadas ao meio ambiente.	Crítica: As dimensões política e social da educação e da vida humana são fundamentais para sua compreensão, mas elas não existem separadas da existência dos indivíduos, de seus valores, crenças e subjetividades. (2014, p.33).	Calendário esta presente nos PPPs das escolas, esse que e elaborado pela Secretaria municipal de Educação seguindo a legislação. Cada unidade escolar juntamente com o grupo elaboram o calendário com os dias de reunião conselhos e eventos programados para o ano.
Características da população a ser atendida e da comunidade na qual se insere	NHE: Neste tópico apresenta uma contradição, pois o último marco legal, a BNCC p. 32, traz a importância das vivencias na comunidade, família e	NHE: Infelizmente as escritas não acompanham os marcos legais.	Pragmática: Essa perspectiva percebe o meio ambiente destituído de componentes humanos, como uma mera coleção de recursos naturais em processo de esgotamento, aludindo-se	A população atendida nas Escolas é diferenciada como a localização das escolas, porém a preocupação com o contexto ambiental do bairro e a cidade

	com o meio ambiente, fundamental para o desenvolvimento integral das crianças.		então ao combate, ao desperdício e à revisão do paradigma do lixo. industrial (2014, p.32).	ainda não se apresenta.
Concepção de criança, de desenvolvimento nos Anos Iniciais e de aprendizagem que se fundamenta	HE No PPP da escola Cravo, a concepção de Criança fundamenta-se em Vygotsky. O desenvolvimento e a aprendizagem da criança são baseados na BNCC, utilizando-se dos eixos e dos campos de experiências. Assim, o meio ambiente está presente neste item.	HE: No PPP da escola-Margarida, as práticas pedagógicas estão baseadas na BNCC de 2017, fundamentando o trabalho pedagógico.	Conservacionista: Vinculam Educação Ambiental à “pauta verde”, como biodiversidade, unidades de conservação, determinados biomas, ecoturismo e experiências agroecológicas. (2014, p.30).	A escola Cravo utiliza-se da BNCC para embasar esse item. “A Base Nacional Comum Curricular orienta a construção e efetivação do currículo [...]. pg 53
Fins, objetivos e metas	NHE: a escrita se apresenta de uma forma muito generalizada, sendo a criança o foco, mas esquecendo que a mesma convive com outras pessoas, animais e com diferentes contextos sociais.	HE nos PPPs das escolas: Cravo, Jasmim e Margarida. O “Projeto Conscientização e Conservação do patrimônio Público” é contemplado nas 3 escolas citadas, porém de forma tímida em sua abordagem e contextualizada diante da relação ambiental.	Aqui é a conservacionista	Podemos ressaltar que os projetos propostos, nas escolas Cravo, Jasmim e Margarida, de forma secundária, abordam a temática ambiental, porém não constam com sugestões de atividades a serem desenvolvidas junto com as crianças. O projeto conscientização e conservação do patrimônio público estão presente. No PPPs das três escolas, outros projetos são contemplados seguindo o mesmo formato.

Fonte: Adaptado de VELHO (2019)

Legenda:

Há evidências = HE

Não há evidências = NHE

5.1.1 Histórico das Escolas nos PPPs

Para as análises realizadas nos PPPs buscamos as evidências de educação ambiental nas práticas pedagógicas e nos Projetos Políticos Pedagógicos das quatro escolas município de Correia Pinto. “Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenções de fazer, de realizar, lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente” (VEIGA, 2002, p. 12), seguindo essa

ideia que a escrita encontrada nesses documentos dos PPPs terá que ser coerente com a realidade das crianças e com os objetivos propostos pelos professores, para que possa haver uma mediação de conhecimentos, levando em conta os novos saberes e experiências oportunizadas para as crianças.

Ao fazer a solicitação oficial dos documentos PPP para proceder análise, foi informado que os PPP foram atualizados em 2017.

Segundo o relato da secretaria de educação, técnicas pedagógicas e diretoras das escolas “A secretaria de educação no ano de (2018) ofertou um curso para auxiliar a escrita e o desenvolvimentos dos PPPs, por esse motivo as escritas ainda não foram iniciadas”. Desta forma, as análises realizadas nos Projetos Político Pedagógico das quatro Escolas Municipais do município de Correia Pinto do ano de 2017 sendo uma delas com o PPP do ano de 2015, seguindo o roteiro pré-elaborado pela pesquisadora e orientadora. De acordo com o quadro 08, temos o primeiro item histórico das Escolas. Nos quatro PPPs não foram encontradas evidências que contemplem a educação ambiental e que se relacionem com as práticas pedagógicas. Todos os históricos relatam brevemente a primeira gestora, o local e a lei que contemplou sua criação, mas a contextualização com o lugar e momento histórico que contemplasse a ligação com o meio ambiente não ficam explícitos nas escritas.

Segundo Veiga (2002), se faz importante a relação com o contexto social imediato, para que assim possamos contextualizar com as crianças e para que o aprendizado seja cada vez mais significativo, pois é sabendo da história das escolas que poderemos entender e contextualizar o presente no cotidiano. Desta forma, a história e os desdobramentos que aconteceram para a criação das escolas demonstram-se importantes para que a comunidade possa conhecer e entender a relevância da sua criação. De acordo com Morin (2011, p. 34):

O conhecimento das informações ou dos dados isolados é insuficiente. É preciso situar as informações e os dados em seu contexto para que adquiram sentido. Para ter sentido, a palavra necessita do texto, que é o próprio contexto, e o texto necessita do contexto no qual se enuncia sentido.

É de comum conhecimento que todos os saberes são importantes, mas não podem ser trabalhados isolados, pois precisam estar integrados. Para Freire e Horton (2003): “Saber melhor significa precisamente ir além do senso comum a fim de começar a descobrir a razão de ser dos fatos [...] começando de onde as pessoas estão, ir com elas além desses níveis de conhecimento sem transferir o conhecimento” (FREIRE; HORTON, 2003, p. 159).

5.1.2 Processo de planejamento geral

No item processo de planejamento geral, foram encontrados registros nos PPPs das escolas: Cravo e Margarida. Porém, de uma maneira aberta, sem citar e demonstrar os pormenores dessas práticas que possibilitariam o desenvolvimento e o progresso dos trabalhos. Desta forma, destaca-se a importância do desenvolvimento e de registros das práticas pedagógicas no processo de planejamento, pois de acordo com os PPPs das escolas Cravo e Margarida as práticas estão embasadas na BNCC 2017 como base abranger várias áreas do conhecimento geral.

As práticas escolares se desenvolvem no cotidiano de forma tímida apresentada nos PPPs das escolas trazendo o tema abordado sobre educação ambiental, pois ainda são documentos que são poucos procurados e desatualizados não trazendo em seus registros a importância de seus conteúdos e nem atualizações recentes, pouco explorado e explorado por seus grupos, sendo que por algumas vezes o grupo pertencente a escola não participou e nem acesso tem. Salientando a importância do planejamento coletivo e participativo sendo ele um norte para os professores assim para se orientar no mesmo. Documentos como a BNCC apresenta a percepção de planejamento.

[...]o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de superação dessas desigualdades. Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes (BNCC, 2019, p. 15).

O planejamento interdisciplinar se faz necessário para que os objetivos propostos nas práticas pedagógicas sejam contemplados, analisados e discutidos com a comunidade escolar e replanejados, bem como os registros se fazem fundamentais. Assim pode – se identificar que o global na unidade escolar é o planejamento e que “O global é mais que o contexto, é o conjunto das diversas partes ligadas a ela de modo inter-retroativo ou organizacional” (MORIN, 2011, p. 34).

5.1.3 Avaliação institucional

No tópico avaliação, nos PPPs das quatro escolas o resultado constou de maneira inócua. Pois, como já relatamos anteriormente, a presença de educação ambiental pouco se apresenta. Portanto, a avaliação é baseada no desenvolvimento motor e cognitivo da

criança. Seguindo a tendência Crítica, possivelmente abordada nas escolas onde as dimensões política e social da educação e da vida humana são fundamentais para sua compreensão, mas elas não existem separadas da existência dos indivíduos, de seus valores, crenças e subjetividades.

(2014, p.33).

Trazendo então o pensamento que Freire (2004, p. 53) cita:

É preciso insistir [...] ao professor – que ensinar não é transferir conhecimento – não apenas precisa ser aprendido por ele e pelos educandos nas suas razões de ser – ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica –, mas também precisa ser [...] testemunhado, vivido.

A fundamentação da avaliação no desenvolvimento do aluno como ser ativo e crítico no seu fazer, podendo, o professor, aplicar práticas instigantes que estimulem as potencialidades individuais e grupais dos alunos. Desse modo na dimensão ambiental, Sauv  (2005) diferencia os discursos e maneiras de conceber e de praticar as a es de educa o ambiental. Desta forma, sendo necessário que a unidade escolar defina qual tendência pedagogia, segundo a tendência escolhida, mostrando a importância de essa contemplar a educa o ambiental. Assim, a avalia o será junto com os objetivos pré-determinados a serem alcançados.

5.1.4 Calendário escolar

Encontramos este tema presente nos quatro PPPs das escolas: Camélia, Cravo, jasmim e Margarida, com as datas a serem trabalhadas. Porém não foram encontradas evidências descritas e nem estratégias que seriam utilizadas nem mesmo para datas comemorativas, quanto mais atividades intencionais que contribuam com a forma o ambiental crítica das crianças.

Após as análises dos quatro PPPs, constatamos que os mesmos apresentam muitas fragilidades lembrando que os quatro documentos encontram-se sem atualiza es até o momento da pesquisa, sendo as práticas em educa o ambiental pouco evidentes nos textos dos documentos analisados. Porém, a realidade vivida no município de Correia Pinto (SC) oferece subsídios para o desenvolvimento e a aplica o das práticas em educa o ambiental pelos professores nos anos iniciais do ensino fundamental.

Além da extração de *Pinus*, que é a matéria prima para as empresas de papel e madeiras do município. Rios e águas sulfurosas completam o território do município de Correia Pinto.

Gadotti (2001) relata que,

A importância do Projeto político pedagógico no meio educacional: Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis, comprometendo seus atores e autores (2001, p. 37).

Portanto, as práticas pedagógicas de educação ambiental podem estar presentes nos PPPs de forma pontual e discutível para sua ampliação e aplicação no cotidiano das Escolas. Como vários autores registraram, é uma fase com grande significação no desenvolvimento dos alunos que se tornaram adultos responsáveis pelo ambiente em que se inserem.

5.1.5 Caracterização da população a ser atendida e da comunidade na qual se insere

As características da população a ser atendida e da comunidade na qual se insere e ao reconhecer que cada ser humano é único em suas vivências, utilizar-se do cotidiano é primordial para desenvolver suas habilidades e competências. Sendo esse ponto de relevância importante a realização de práticas pedagógicas que desvelem o entorno das escolas, com um olhar socioambiental para o processo de ensino aprendizagem.

Gadotti (2003, p. 24) cita:

É no cotidiano que podemos aprender a nos olhar, aprender a falar, a ouvir, a ver, a viver uma vida banal ou não. A banalidade está em não reconhecer o valor de cada instante, a só atribuir valor aos grandes momentos, aos momentos 'heroicos' da vida.

Partindo do meio em que a criança vive e a escola está localizada, se torna imperativo para o desenvolvimento do cidadão preocupado com o seu lugar, as pessoas animais, plantas. Evidenciamos a concepção de criança que a BNCC (2019) traz, já citado nesta dissertação, que se faz necessária neste momento, para destacar a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas dos professores nos Anos Iniciais, para que as histórias dos sujeitos possam ser contempladas.

5.1.6 Concepção de criança, de desenvolvimento nos anos iniciais e de aprendizagem que se fundamenta

Com a investigação dos PPPs das escolas no item concepção de criança, desenvolvimento nos Anos Iniciais e de aprendizagem, foi encontrado somente em um dos PPPs uma base teórica que fundamentasse esse indicador. Porém, somente no PPP da escola Cravo foi encontrado tal informação. A fundamentação se apresenta com base em marcos legais, inclusive o último, a BNCC (2019), para embasar os conceitos pesquisados do item em questão. Na escrita, havia a preocupação de desenvolver a criança como um todo, respeitando suas singularidades no desenvolvimento e na aprendizagem. Porém, a educação ambiental ainda pouco aparece. De acordo com Dickmann (2012), Freire colabora com a concepção de ser humano e meio ambiente, com o sentimento de pertencimento do homem ao mundo-natureza, em uma visão de unidade interdependente.

O desenvolvimento e a aprendizagem da criança são baseados na BNCC, utilizando-se das áreas e suas competências. As informações, que a BNCC apresenta o acolhimento das “[...] vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente familiar e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças [...]” (BRASIL, 2017, p. 32).

A Educação Ambiental, prevista na Lei 9.795/99, ressalta que: “[...] a educação corrobora para fortalecimento da cidadania, para o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente e de suas complexas relações, para o estímulo e fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social, para o incentivo a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente ao entender a defesa desta qualidade como inseparável do exercício da cidadania, para a construção de hábitos e práticas de cuidado com o ambiente em que vivemos (BRASIL, 1999, s/p). A ausência presente, nas escritas dos PPPs de pontos fundamentais deixaram espaços e lacuna, com diversas interpretações.

5.1.7 Fins, objetivos e metas dos PPPs

O último o item pesquisado fins, objetivos e metas não foram encontradas evidências de práticas pedagógicas de educação ambiental nos PPPs das quatro escolas Camélia, Cravo, Jasmim e Margarida. A educação ambiental se fez ausente nos PPPs

analisados, bem como no processo de ensino aprendizagem das escolas, faltando conhecimentos fundamentais para o desenvolvimento dos seres humanos conscientes da sua ação transformadora do indivíduo e da sociedade, sendo que a educação ambiental e as práticas pedagógicas são objetivos, e metas, no processo da educação das escolas. Mesmo no projeto que a Secretaria da Educação de Correia Pinto organizou, para ser aplicado com o título “Conscientização e conservação do patrimônio público”, o patrimônio é o foco central e o meio ambiente secundário. Sendo o público alvo das escolas sujeitos em desenvolvimento dos saberes chegam aos seus familiares que se apropriam e constroem saberes singulares.

A perspectiva Freiriana esteve presente em parte nos PPPs, tendo o desenvolvimento físico e psíquico da criança como foco principal, com um olhar voltado para a construção do cidadão ativo que tem direitos e deveres.

Para a construção do conhecimento com as crianças e, relevante para cada ser, os saberes se tornem presentes nos pensamentos e nas ações, fazendo que o meio em que estão inseridos seja parte dos saberes para melhor compreender e conservar e proteger os bens naturais do meio ambiente.

5.2 Análise dos dados das entrevistas realizadas com as professoras das quatro escolas

Nesta seção, trazemos uma análise detalhada sobre os dados coletados nas entrevistas feitas com os professores. A análise foi feita em blocos, onde estão relacionados os questionamentos feitos às professoras, que são:

Questão 01: Que tipo de atividades da Educação Ambiental são realizadas em suas aulas?

Questão 02: Que tipos de projeto de Educação Ambiental realizou a escola nos últimos 03 anos? Quais foram?

Questão 03: Há atividades de Educação Ambiental no PPP da escola em que atua? Como você as classificaria ou conceituaria?

Questão 04: A Educação Ambiental é um processo que objetiva o ensino de preservar a natureza?

Questão 05: O que entendes por Educação Ambiental?

No bloco I, nosso objetivo foi discutir as práticas pedagógicas de educação ambiental realizadas pelos professores dos anos iniciais do ensino fundamental. Para isso, discutiremos as respostas dadas pelas entrevistadas às questões 01 e 04.

No bloco II foi utilizada as respostas fornecidas nas questões 02 e 03 a fim de identificar evidências de práticas de Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas da rede pública do município de Correia Pinto (SC).

No bloco III pretendemos, por meio da análise das respostas dadas às questões 04 e 05, relacionar as práticas pedagógicas dos professores dos anos iniciais às tendências pedagógicas de Educação Ambiental.

5.2.1 Bloco I - Práticas pedagógicas de Educação Ambiental nos Anos Iniciais

Neste bloco, identificaremos como acontecem as práticas de Educação Ambiental nas escolas em que trabalham as professoras entrevistadas, com foco na metodologia adotada e nos projetos executados pela escola.

Todas as entrevistas começaram com o questionamento sobre a existência ou não de práticas de Educação Ambiental nas aulas de cada uma delas. As respostas dadas estão listadas na tabela abaixo e serão discutidas em seguida.

Quadro 9 - Respostas dadas pelas professoras entrevistadas à questão 01

Entrevistada	Resposta
Professora A	“Atividade em forma de desenho, explicações. (...) Texto enigmático. (...) Vem nas apostilas, tem a apresentação, trabalha a preservação ambiental. (...) Preservação, como se cuida da natureza. (...) São conteúdos pra trabalhar na sala”.
Professora B	“Vem... textinho de leitura pra eles, e vem dinâmica, atividade de separação do lixo, cuidados com o meio ambiente no livro de Português”. (...) (Essas atividades) são dentro da sala de aula e aí depende também do professor, né? Dá pra levar pra fora, dá pra fazer uma atividade” (...).
Professora C	“Foi um trabalho só na Semana do Meio Ambiente. Período de setembro, né? Que é do meio ambiente daí tem que trabalhar água, trabalhar dia da árvore”.
Professora D	“Sempre trabalho. Eu gosto de trabalhar projetinhos”.

Fonte: autora (2020)

Por meio dessas respostas, podemos perceber que a abordagem de conteúdos ligados à educação ambiental nas escolas dos anos iniciais do ensino fundamental é verticalizada, com foco a conteúdos na sala de aula e baseados na apostila.

Segundo a Professora A, são realizadas atividades em forma de desenho e textos enigmáticos, ou seja, através de símbolos. Esses textos vêm na apostila e trabalham a preservação ambiental. São conteúdos trabalhados em sala, mas que não fazem parte de projetos.

A Professora B, que é professora contratada do município há 10 anos, informou que o trabalho realizado é interdisciplinar, vinculado principalmente à Geografia e à Língua Portuguesa. As atividades são em forma de textos de leitura e de dinâmicas como, por exemplo, a separação do lixo. Geralmente acontecem dentro de sala de aula, mas os professores desenvolvem projetos de Educação Ambiental. Ela citou que costuma integrar múltiplas disciplinas nessas atividades.

Segundo ela, o PPP da escola ainda não foi atualizado para a versão multisseriada, e por isso, muitos projetos que inclusive já foram executados não estão relacionados nesse planejamento.

A Professora C, que também é contratada, trabalha no município há 3 anos já deu aulas em turmas do 1º, do 4º e do 5º ano. Ela informou que incluiu a Educação Ambiental em seu trabalho através da Semana do Meio Ambiente, que ocorre no mês de junho e onde são discutidas questões como o dia da árvore, o problema da água etc. Essa semana já está inclusa no planejamento. São realizadas atividades que englobam um amplo conteúdo, como por exemplo, o estudo das árvores típicas da região. No último ano, aconteceu também uma visita à Companhia Catarinense de Água e Saneamento- CASAN, para mostrar como é feito o processo de purificação da água. Também foi confeccionada uma lembrancinha com semente de girassol que foi distribuída para todas as crianças da escola.

A Professora D é efetiva do município há 25 anos. Das entrevistadas, é a que possui mais tempo de carreira. Está há 21 anos na mesma escola e dá aula para turmas do 1º ao 4º ano. Sempre trabalha com Educação Ambiental, especialmente através de projetos. Esses projetos estão anexados ao PPP da escola “PPP que se refere do ano de 2019”, e, segundo informou a entrevistada, são quase todos retirados do próprio livro didático e acontecem durante todo o ano.

A professora também relatou que cobra dos alunos cuidados com o meio ambiente dentro da escola, como não deixar a torneira ligada, não encher muito o copo para evitar

desperdício de água e não jogar lixo no chão. Ou seja, ela procura sempre inserir a Educação Ambiental, inclusive na alfabetização.

Para Chalita (2002), a Educação Ambiental é a mais poderosa ferramenta de intervenção em favor da construção de novos conceitos e mudanças de hábito em prol do meio ambiente e das futuras gerações, já que viabiliza a construção do conhecimento e a conquista do desenvolvimento intelectual de uma geração a outra, ampliando os campos de conhecimento científico. Isso porque reúne elementos que extravasam os limites das concepções teóricas e adentra os percursos da fundamentação prática.

No que tange ao ensino nas séries iniciais, Dias (2004) conflita com as ideias apresentadas pelas entrevistadas ao considerar que a Educação Ambiental nas escolas não deve ser conservacionista, ou seja, não deve se restringir à condução do uso racional dos recursos naturais e à manutenção de produtividade nos ecossistemas: é importante que esse processo esteja voltado para o meio ambiente e que produza transformação de valores e mudança na visão de mundo.

Adotando a concepção de Dias (2004) e tomando por base as informações ofertadas pelas professoras participantes da entrevista, consideramos que a educação pública no município de Correia Pinto tem muito a avançar quando o assunto é Educação Ambiental, pois as práticas pedagógicas empregadas pouco colaboram para que o aluno realmente entenda a importância das atitudes sustentáveis.

Nesse sentido, Morin (2011, p. 37) descreve que, o uso da inteligência pede o exercício da curiosidade, muito presente na fase na infância e da adolescência, o qual tem o poder de estimular e até mesmo de despertar o aluno. Desta forma, mesmo que a abordagem ambiental não seja tão aprofundada, deixando muitas lacunas, ainda sim, é possível estimular a curiosidade dos alunos com relação ao tema.

As entrevistadas também foram interrogadas com o seguinte questionamento: “A Educação Ambiental é um processo que objetiva o ensino de preservar a natureza?”. O objetivo dessa pergunta foi observar se os educadores têm noção da existência de uma complexidade que compõe uma educação para o cuidado do meio ambiente ou se eles confundem Educação Ambiental com ecologia.

As respostas estão relacionadas no quadro a seguir.

Quadro 10 - Respostas dadas pelas professoras entrevistadas à questão 04

Entrevistada	Resposta
Professora A	“Eu acho que sim, né?” (...) “Eles (os alunos) já têm essa visão de preservar a natureza”.
Professora B	“Sim. Do cuidado num todo, né? Desde lá do lugar em que eles moram, da lavoura em que plantam, do orgânico e para a Escola, pro crescimento da sociedade, né?” (...) “Eles (os alunos) conseguiram aprender e fazer, né? Certinho as atividades e também na casa eles já começaram a ter conscientização com a família, né? Porque antes eles deixavam tudo junto ou levavam pra lavoura, né?”.
Professora C	“Sim. É aproveitar um papel rasgado, sabe? Evitar de rasgar uma folha do caderno, então foi uma oportunidade de eles (os alunos) irem além, sabe?”.
Professora D	“Eu acho que preservar não, mas faz com que a criança tome consciência das atitudes dela, que a atitude dela agora causa uma reação, né? (...) Então digamos que eu não vou conseguir mudar a cabecinha deles, eu estava observando que um dia em que eu tinha acabado de falar com eles em sala a respeito de um meio ambiente, aí eu estava indo pra casa e o pai de um aluno meu jogou uma bola de papel pela janela do carro”.

Fonte: autora (2020).

As respostas dadas a esse questionamento foram bem completas, especialmente pelas professoras B, C e D. Assim, de acordo com a Professora A os alunos já possuem a visão da necessidade de se preservar a natureza.

Para a Professora B, o objetivo da Educação Ambiental é incentivar o cuidado do Meio Ambiente como um todo, e os alunos já conseguem aprender e aplicar essa prática na escola e em casa. Na visão dela, a Educação Ambiental engloba todas as atividades necessárias ao cuidado da vida, que começa no ambiente em que se vive e que visa à qualidade de vida no futuro. Essa educação é necessária, na opinião da entrevistada, não somente dentro da escola, mas em todos os lugares, num projeto de continuidade as práticas em sala de aula.

Na visão da Professora C, as práticas fora da sala são importantes porque incentivam os alunos a conhecerem melhor o meio ambiente e oferecem a eles a

oportunidade de, por exemplo, prepararem seu próprio papel de reciclagem. Com isso, eles percebem que o cuidado com a natureza vai além de simplesmente plantar uma árvore. A professora relatou que trabalhar projetos de Educação Ambiental é uma responsabilidade muito grande, mas executável, porque os conteúdos das disciplinas permitem essa conexão.

Para a Professora D, os projetos de Educação Ambiental fazem com que a criança tenha consciência de que toda ação que ela pratica gera uma reação. Ela procura fazer com que eles entendam esse processo de causa e consequência, mas as atitudes dos pais podem ajudar ou confundir a criança. Para ela, seria interessante que os pais também fossem educados nesse sentido, a fim de auxiliar na educação dos filhos. Ela trabalha Educação Ambiental com seus alunos o tempo todo, sempre cobrando deles atitudes de preservação ao meio ambiente.

Neste contexto, Morin (2013) destaca a importância de buscar estratégias para a prática pedagógica que possam promover o desenvolvimento dos alunos, tornando-os agentes ativos para a preservação do meio ambiente, tendo em vista que, por meio de mudanças de quem educa é possível mudar quem está sendo educado (MORIN, 2013).

Pode – se inferir que ao trabalhar educação ambiental com as crianças das turmas de alfabetização, o educador está também trabalhando de forma indireta com os pais. Os pais mais e ou menos escolarizados, não tiveram uma educação que fosse ambiental, logo estão na esteira da aprendizagem. O educador ambiental ao compreender essa realidade conseguiu pensar práticas educativas que envolvam os pais nas atividades

5.2.2 Bloco II - Evidências de Práticas de Educação Ambiental

Neste bloco, trabalharemos as evidências de práticas de Educação Ambiental no PPP das escolas da rede pública de Correia Pinto, tendo como material de discussão as respostas fornecidas às questões 02 e 03.

Quando questionadas sobre os projetos de Educação Ambiental realizados nas escolas nos últimos 3 anos, as entrevistadas deram respostas que evidenciam a necessidade de um melhor planejamento nesse sentido, já que tais projetos estão essencialmente relacionados ao livro didático ou à Semana do Meio Ambiente, demandando, assim, maior conexão com outros conteúdos, eventos do calendário letivo, características ambientais do entorno escolar, eventos climáticos, desastres naturais entre outros. As respostas estão relacionadas a seguir:

Quadro 11 - Respostas dadas pelas professoras entrevistadas à questão 02

Entrevistada	Resposta
Professora A	“Não sei (...) Eles têm o dos Escoteiros, né? Mas não sei se os alunos participam”.
Professora B	“Eu fiz projeto de leitura (...) do meio ambiente, né? Do cuidado e da horta, do orgânico e o conhecimento da cidade, do urbano e do rural”.
Professora C	“Teve um projeto, já teve, nós fizemos uma visita na APAE da cidade. Então eles aprenderam a fazer o papel reciclado, desse papel reciclado foi ensinado lá que eles economizam a água também, tem que ter a conscientização, já pra economizar no papel, como é importante plantar árvores, então foram trabalhadas várias coisas pra chegar nesse momento de eles produzirem a lembrancinha”.
Professora D	“Nos últimos anos, o município adotou a apostila do Positivo, né? Então ali já tem alguma coisa relacionado com animais, essas coisas, aí a gente pega dali pra trabalhar de forma mais ampla, né? Pra acrescentar os outros componentes do meio ambiente pra criança.

Fonte: autora (2020).

Vimos que a Professora A não conseguiu responder. Citou o projeto dos Escoteiros, mas não sabe dizer se seus alunos participam. Informou que a escola restringe o número de professores que participam de projetos nesse sentido, e que ela nunca foi convidada a participar.

A Professora B relatou que os projetos de Educação Ambiental são feitos dentro das salas de aula mesmo, durante as aulas das outras disciplinas. Citou um projeto de leitura realizado no início do ano, onde os alunos levavam um livro pra casa e a cada 15 dias uma família ia para contar sobre o livro e o projeto. Nele, foram inseridas leituras sobre o cuidado com a natureza.

A Professora C foi a única a citar trabalhos de campo em seus projetos. Ela informou que são realizadas diversas atividades ao longo do ano, especialmente na Semana do Meio Ambiente. Citou a visita à APAE da cidade e a confecção de lembrancinhas com semente de girassol.

A Professora D trabalha com projetos focados nas atividades do livro didático.

Elas também foram questionadas sobre a inclusão desses projetos no PPP da escola, e sobre como elas os classificariam. A Professora A informou que não conhece o PPP do colégio, ou se conhece, não se lembra dele.

A Professora B informou que os projetos não estão inclusos porque o PPP ainda não foi atualizado nesse ano. Ela relata sua insatisfação ao não conseguir realizar todos os trabalhos que gostaria pela pouca quantidade de material disponível. A Professora C respondeu que os projetos fazem parte do planejamento da Semana do Meio Ambiente. Ela informou que os projetos citados não estavam inclusos no PPP, mas disse que os professores são cobrados quanto a isso, e que são escolhidos professores que já tenham essa proposta. Ela qualifica essas atividades como “meio fracas” porque os professores não recebem o apoio necessário para a realização das mesmas, além do entrave de ter que realizar os conteúdos diários e as provas de todas as disciplinas, o que acaba fazendo com que não sobre muito tempo para a execução de outros projetos.

A Professora D relatou que os projetos estão anexados ao PPP da escola, mas as atividades, não. A entrevistada não está segura da informação porque não olha o PPP da escola há algum tempo, e que muitos dos projetos foram desenvolvidos a partir de pesquisas feitas por ela mesma. Citou que, na confecção dos materiais para esses projetos, sempre opta pela cartolina e pelo papel cartão, porque o EVA desmancha, dissolve, não é adequado.

A Educação Ambiental foi regulamentada nas políticas públicas através da criação de ferramentas jurídicas que permitissem o seu avanço. Afinal, como bem lembra Santos (2000)

Em termos jurídicos propriamente dito, vimos que no Brasil o parágrafo 1º, VI, do art. 255 da Constituição Federal, determina ao poder público a promoção da EA em todos os níveis de ensino. Mas, apesar desta previsão constitucional, bem como o fato da EA já ser reconhecida mundialmente como ciência educacional e também recomendada pela Unesco e a Agenda 21, pouco era feito no Brasil para sua implantação concreta no ensino. O que existia era fruto dos esforços de alguns abnegados professores e educadores, não havendo a atenção que merece o tema pelo Poder Público e as entidades particulares de ensino.

Assim, foi preciso criar outros elementos jurídicos de amparo. Houve então a publicação da Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Essa lei entende a Educação Ambiental habilidades, valores e conhecimentos em prol da sustentabilidade.

A Política Nacional do Meio Ambiente institui no artigo 6 os objetivos fundamentais como por exemplo, uma melhor compreensão de meio ambiente e suas complexas relações ecológicas, psicológicas, legais, políticas, sociais, econômicas, científicas, culturais e éticas.

Como bem lembra Furtado (2009, p. 346),

[...] A importância da Educação Ambiental se explicita formalmente na obrigatoriedade constitucional, em sua inclusão nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na publicação da Lei Federal que define a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9795/1999), instrumentos legais e documentos governamentais que asseguram a temática de um caráter transversal, indispensável e indissociável da política educacional brasileira.

Mesmo assim, as práticas de Educação Ambiental ainda precisam de maior compreensão quanto à dimensão interdisciplinar e a inclusão no processo educacional. Outra política nacional importante foi a homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental (DCNEA) “que reconhecem a relevância e a obrigatoriedade da Educação Ambiental” (BRASIL, 2012, p. 70).

Neste sentido, é possível entender pela fragilidade das respostas dos professores há a ilusão de que estão realizando projetos de educação ambiental. Mas o que foi descrito são algumas atividades pontuais que ainda não apresentam a consistência necessária a mudança de estilos de pensamento dos estudantes. Segundo Morin (2011, p.21) “Está na lógica organizadora de qualquer sistema de ideias resistir à informação que não lhe convém ou que não pode assimilar”. Isso é percebido pelo distanciamento que geralmente os professores nas unidades escolares mantêm do PPP. Se não participaram da atualização e ou não o conhecem não precisam mudar suas práticas educativas. E fazem isso como um modo de auto proteção por não terem formação adequada para dar conta de determinados conteúdos.

Processos formativos para os professores que contribuam com uma experiência de circulação do conhecimento e preparo para a docência se mostram imperativos para alcançar a educação ambiental prevista nos instrumentos legais e teórico metodológicos.

5.2.3 Bloco III - Práticas Pedagógicas dos Professores relacionadas às Tendências Pedagógicas de Educação Ambiental

O objetivo deste bloco é relacionar as práticas pedagógicas dos professores dos anos iniciais às tendências pedagógicas de Educação Ambiental. Os dados utilizados serão as respostas fornecidas pelas entrevistadas às questões 04 e 05.

Como discutido no bloco I, item 3.1, as professoras entrevistadas consideram que a Educação Ambiental deve ir além da sala de aula e atingir todos os níveis e lugares

frequentados pelos alunos. Assim, ela extrapola os limites da ecologia e chega às questões sociais, econômicas, geográficas e históricas.

A Professora D levantou um problema recorrente e que, a nosso ver, deve ser levado em conta: as atitudes dos pais perante a situação do meio ambiente. O professor encontra um grande desafio nesse sentido, porque todo seu trabalho e as discussões feitas na escola são enfraquecidas quando os pais têm hábitos em desacordo com o que foi aprendido pelos estudantes. Desta forma, como destacado pela professora, é importante que os pais participem de cursos de formação nesse sentido para auxiliarem na formação das crianças.

As professoras responderam sobre o que é Educação Ambiental na opinião delas. A tabela a seguir relaciona as respostas dadas.

Quadro 12 - Respostas dadas pelas professoras entrevistadas à questão 05

Entrevistada	Resposta
Professora A	“Eu acho que a Educação Ambiental é prevenir, cuidar, é, né?”.
Professora B	“Todas as atividades, é necessário cuidar da vida, que começa no ambiente em que se vive, para poder ter uma vida saudável no futuro”.
Professora C	“Eu acho que é a base de tudo, vai mudando tudo, só que tudo isso tem que ser natural, sem pressão”.
Professora D	“É o que a gente procura fazer todo dia, conversar sobre os impactos”.

Fonte: autora (2020).

Percebemos que as entrevistadas não possuem uma visão clara sobre a Educação Ambiental. Para a Professora A, esse processo é prevenir, cuidar. Ele engloba todas as disciplinas; em Português, por exemplo, o aluno estuda as cores das lixeiras, a separação do lixo. Em Matemática, as cores, as formas. Em História, acontecimentos ligados ao meio ambiente, como queimadas. Na Geografia, questões relacionadas a localização, trabalhos com objetos reciclados. Em Ciências, o modo como acontece o processo de reciclagem, a quantidade de lixo, o que é aproveitado.

Para a Professora B, a Educação Ambiental é uma atividade integrada a todas as outras. É ensinar a importância do cuidado com a vida, que isso começa no ambiente em que se vive para ter qualidade de vida no futuro. É aprender a cuidar do meio ambiente e dar sequência a esses cuidados. Segundo ela, os próprios pais educam os filhos nesse sentido também.

Na visão da Professora C, a Educação Ambiental deve vir de casa, mas quando isso não acontece, um ensino qualificado na escola faz com que as crianças eduquem os pais, eliminando práticas erradas que acontecem no ambiente doméstico.

A Professora D considera que a Educação Ambiental representa o cuidado diário com a natureza e a prevenção de impactos negativos, e ajuda a compreender o que causou catástrofes naturais. Para ela, a Educação Ambiental deve ser discutida todos os dias. São sementinhas que vão sendo plantadas na mente dos alunos e que serão colhidas a longo prazo.

Com isso, é notório que as entrevistadas possuem uma concepção que precisa ser aprofundada sobre a Educação Ambiental. Mas compreendem a sua importância para a formação cidadã, ainda que muitas vezes apresentem inseguranças com relação ao modo de inserção desses projetos em outras disciplinas, como ficou claro no que foi dito pela Professora A, que apresentou certa dificuldade em responder o que é trabalhado em cada uma das disciplinas nesse aspecto.

Para Campiani (2001), entretanto, ainda é muito difícil elaborar um conceito transversal que abarque a elucidação de possíveis práticas pedagógicas. Falta clareza da pertinência e do contexto do conhecimento sobre o meio ambiente. Para Morin (2011, p.34) “O conhecimento das informações ou dos dados isolados é insuficiente. É preciso situar informações e os dados em seu contexto para que adquiram sentido”.

Como relatado pelas professoras, o maior desafio para a execução de projetos qualificados é a falta de materiais e o pouco incentivo que os professores recebem para isso, já que possuem muitas ideias, isso foi a forma de dizer que a falta formação inicial e continuada, mas não têm apoio escolar para desenvolvê-los da maneira adequada. Percebe-se, assim, que há falha no sistema educacional e a ausência de recursos financeiros destinados ao ensino atinge bastante o trabalho exercido pelos professores em todos os níveis de aprendizado, principalmente nas séries iniciais.

De acordo com as respostas dadas pelas entrevistadas, é possível perceber que existe um distanciamento muito grande entre teoria e prática. Parte das professoras demonstrou ficar muito presa a questões teóricas e atividades presentes no livro didático e apostila, mesmo quando o assunto envolve grande necessidade de práticas dentro e fora da escola, como é o caso da educação ambiental.

Diante dessa realidade, a elaboração de metodologias mais eficazes que estejam relatadas no Projeto Político Pedagógico da escola. Antes disso, entretanto, é importante que todos os docentes conheçam esse projeto e tudo o que nele está relacionado, a fim de

potencializar os pontos positivos e melhorar os pontos negativos. É necessário que toda a comunidade escolar, professores, diretores, coordenação pedagógica e os pais dos alunos conheçam esse plano e participem da elaboração dele.

Uma questão importante levantada pela professora D e que deve ser levada em consideração em se tratando das formas de trabalhar educação ambiental é a barreira que os professores enfrentam dentro de uma cultura onde cuidar do meio ambiente não é a emergência. Segundo os professores não adianta as crianças ouvirem e experienciarem na escola que é preciso cuidar da natureza e quando chegam em casa, se deparam com atitudes ambientalmente inadequadas.

Nesta esteira, cabe pensar a dimensão cultural dos seres humanos, dimensão esta que repousa no arcabouço biológico que constitui este humano como unidade capaz de aprender. Nas palavras de Morin (2011, p.47) “A Cultura acumula em si o que é conservado, transmitido, aprendido, comporta normas e princípios de aquisição”. O que se quer salientar aqui é a capacidade de aprender e de transformação dos seres humanos. Tanto os pais como os professores podem passar pela reforma do pensamento.

Caso isso ocorra, os pais darão continuidade ao processo de aprendizagem quando as crianças estiverem em sua companhia.

Já os professores, tornar - se – aos educadores ambientais por experimentarem praticas educativas criticas que permitam a formação de crianças protagonistas quanto as questões ambientais, raciais, violências entre outras.

Muitas pesquisas vêm apresentando quanto a formação inicial e continuada dos professores tem se mostrado deficitária quanto a formação de educadores ambientais. Esta fragilidade torna -se aparente quando as professoras pesquisadas tem dificuldade em responder o que é educação ambiental e indicam as atividades realizadas. Há uma pulverização de atividades e chamam atenção por se caracterizarem como conservadoras e algumas pragmáticas.

Para Aguiar *et al* (2017), a adequada aplicação de elementos de educação ambiental no meio escolar exige o desenvolvimento de atividades práticas eficientes incentivadas pelos educadores e por demais funcionários da escola. Para os estudiosos,

O termo Educação Ambiental parte de dois pontos básicos: a educação e o meio ambiente, se processando articuladamente. Portanto, uma educação que leve ao conhecimento do meio ambiente, sua estrutura, suas leis, seu funcionamento, e que vise uma mudança de pensamento e de atitude, a partir de uma conscientização da importância da conservação ambiental, assumindo-se uma postura ética em relação ao mesmo (AGUIAR *et al*, 2017, p. 112).

Assim, na visão dos autores, a educação ambiental deve levar os alunos a um conhecimento mais concreto da natureza e de suas leis a fim de produzir neles a conscientização sobre a importância da sustentabilidade. Eles elencam dois grandes desafios que o professor encontra durante esse processo de educação escolar: “1. A concepção de meio ambiente adotada (ou a se adotar); 2. Ter-se, a partir disso, uma noção clara do porque se adotar certas práticas de conservação”.

É preciso, em primeiro lugar, romper o paradigma da visão tradicional que se tem de meio ambiente e que determina, por conseguinte, a visão também tradicional de educação ambiental apresentada por muitos educadores, como se pode ver na entrevista, quando algumas das participantes resumiram a educação ambiental a simplesmente “cuidar”, desconsiderando todas demais dimensões da realidade. Neste sentido, ao pensar a condição humana, diz Morin (2003, p. 19) que “Vivemos numa realidade multidimensional, simultaneamente econômica, psicológica, mitologia, sociologia, mas estudamos estas dimensões separadas, e não umas em relação com as outras”.

Nessa concepção tradicional, O meio ambiente é visto como elementos e condições físicas e químicas que, junto aos ecossistemas naturais, constituem o habitat do homem. Esse conceito é limítrofe porque desconsidera a cultura humana e suas instituições, além de não levar em conta que as atitudes do ser humano são baseadas na natureza e dela são retirados os elementos necessários para edificar o ambiente construído e toda sua subsistência. e que, entretanto, a cada geração esse ambiente fica mais artificializado, com distanciamento entre o que deveria ser e como realmente está.

No entanto, é preciso levar em conta que nem sempre os professores recebem apoio da escola para desenvolver essas questões de forma eficiente. Como citado pelas entrevistadas, a falta de incentivo e de recursos materiais representa um entrave na adequada realização dessas atividades.

Assim, a efetivação da Educação Ambiental no cotidiano da sala de aula e na realidade social ainda é um grande desafio, por múltiplos fatores. Conforme citado pela professora A, por exemplo, a participação dos professores em projetos de capacitação é limitada; ela nunca foi convidada a participar de nenhuma formação continuada.

Com relação à formação dos professores, Aguiar et. al (2017, p. 126) advertem:

Quando se fala em educação ambiental, segundo Profice (2016), percebe-se certa inabilidade ou resistência por parte da maioria dos professores das diferentes áreas do conhecimento (embora reconheçam a necessidade urgente da educação

ambiental); exceção feita aos das áreas de ciências naturais e geografia, nos quais normalmente se encontra uma atitude mais proativa sobre a questão. Esta autora ainda aponta que muitas discussões vêm sendo desenvolvidas, há tempo, na linha conceitual e metodológica sobre os fundamentos e as práticas de educação ambiental. A despeito disso, como os teóricos não se deslocarão para ensinar a cada professor, compete a este profissional assumir uma postura proativa de ser um educador ambiental, adotar a sua linha teórico-metodológica, e efetivar a sua prática cotidiana em sala de aula.

Assim, os autores defendem que cada professor deve buscar meios de expandir seus horizontes para melhor inserir a educação ambiental em suas aulas.

A nosso ver, isso deve começar ainda na universidade, principalmente para o caso dos pedagogos, é preciso que aprendam desde sua formação inicial a trabalharem questões ligadas ao meio ambiente em todas as disciplinas, algo que não vem ocorrendo de forma tão efetiva, já que muitos professores, como foi o caso de uma das entrevistadas, apresenta dificuldade em relacionar essas problemáticas a elementos das demais áreas do conhecimento.

Quadro 13 - Práticas pedagógicas dos professores relacionados às tendências pedagógicas de Educação Ambiental

PROFESSOR/ TENDÊNCIAS	CONSERVACIONISTA	PRAGMÁTICA	CRÍTICA
Prof A	X		
Prof B	X		
Prof C		X	
Prof D			X

Fonte: autora (2020).

O quadro acima foi elaborado com base nas macrotendências propostas por LAYRARGUES E LIMA (2014) adaptadas no quadro por Velho (2019).

Conforme é possível perceber, das entrevistadas a maioria das professoras ainda se encontram em uma tendência de educação ambiental conservacionista. O que indica que ainda temos muito a fazer em termos de formação inicial e continuada de professores para o ensino fundamental I, para que as professoras ampliem seu olhar e possam aliar a educação ambiental ao processo de alfabetização para uma perspectiva emancipatória e transformadora.

Para-os autores a tendência conservacionista “vincula-se aos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva em relação ao ambiente baseada no pleito por uma

mudança cultural que relativize o antropocentrismo” LAYARGUES E LIMA (2014) *apud* VELHO, 2019, p. 32). As professoras A e B apresentaram ideias voltadas para essa tendência e principalmente, uma certa dificuldade com relação à sua não-inserção nos projetos e dinâmicas sociais e políticas implementadas pela escola, o que faz com que as entrevistadas mostrem problemas ao relacionar a Educação Ambiental a outras disciplinas.

A tendência crítica “dá ênfase na revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano e dos mecanismos de acumulação do Capital, buscando o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental” LAYARGUES E LIMA (2014) *apud* VELHO, 2019, p. 32). Essa foi a visão demonstrada pela professora D, que relatou sua preocupação em fazer com que os alunos compreendam os impactos do mau uso dos bens naturais e as dificuldades enfrentadas pelos professores quando as atitudes dos pais divergem do que é ensinado em sala de aula.

Já a visão pragmática trabalha com a ideia de consumo sustentável e mercado: “Tem caracterização a dominância da lógica do mercado sobre as outras esferas sociais, a ideologia do consumo como principal utopia, a preocupação com a produção crescente de resíduos sólidos” (LAYARGUES E LIMA (2014) *apud* VELHO, 2019, p. 33). A professora C foi, dentre as entrevistadas, a que mais se voltou para essa questão, relatando diversos projetos executados com os alunos, em especial a visita a um centro da APAE, onde os estudantes puderam conhecer um pouco do trabalho de reciclagem feito pelos que ali vivem.

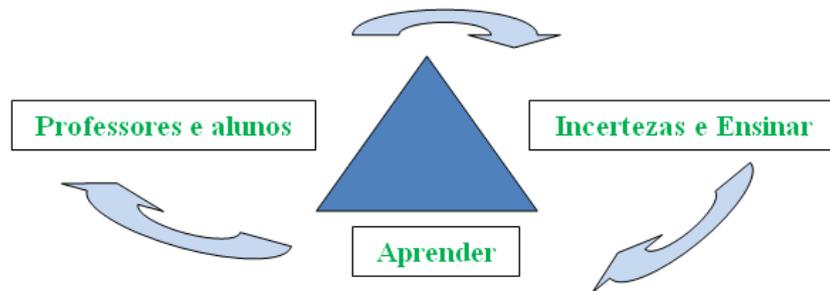
Muito se tem discutido sobre a qualidade da formação docente no Brasil. Um dos pontos de maior problema nesse processo é o enorme distanciamento que existe entre teoria e prática. O professor em formação não é preparado para a realidade que vai enfrentar na sala de aula. Ele aprende que deve preparar aulas dinâmicas, com cartazes, música, globos terrestres, mapas etc., mas não sabe que muitas vezes a escola não dispõe de materiais e ele próprio não domina conceitualmente o campo da educação ambiental:-

A condição humana de professores e estudantes, de certa forma estão imbricadas. Os professores vivem com a incerteza do que sabem e do que os estudantes precisam aprender. Os estudantes por sua vez, vivem na incerteza do que devem apreender e a dificuldade do imprevisto. Que estratégias construir para o enfrentamento do imprevisto e do inesperado. Como formar cidadãos planetários e locais ao mesmo tempo?

Para Morin (2011, p.75) “o conhecimento é, pois, uma aventura incerta que comporta em si mesma, permanentemente, o risco de ilusão e de erro”. Desta forma a

relação entre os **Professores e alunos**, **As incertezas**, **Ensinar** e **aprender** produzem a sociedade com suas ilusões e erros.

Figura 3 - Representação da Relação entre as incertezas de ensinar e aprender.



Fonte Autora 2020.

Este circuito lembra o fractal apresentado na introdução, aparecendo aqui como uma recursividade: **Alfabetização escolar, Educação Ambiental e Ensino fundamental**. Estes movimentos promovem ações que fogem ao controle dos sujeitos que os propuseram. Aqui repousa a importância dos achados desta pesquisa. Pode -se entender as interações estabelecidas que credenciam a dizer: de Correia Pinto para o Mundo. Esse é o desafio apresentado para uma educação que se deseja ser ambiental.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Ambiental foi regulamentada pela Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Em suma, a lei em comento entende a Educação Ambiental como um processo que possibilita ao indivíduo e à comunidade como um todo adquirir habilidades, valores e conhecimentos em prol da sustentabilidade. E, para que as práticas de Educação Ambiental tivessem uma maior compreensão foram homologadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental.

Diante deste cenário, durante o desenvolvimento deste trabalho, buscou-se identificar as metodologias empregadas pelos professores da alfabetização da rede municipal de ensino do município de Correia Pinto (SC) no ensino de questões ligadas ao meio ambiente, a fim de analisar a eficácia dessas práticas na promoção de uma educação ambiental.

A problemática que norteou a presente pesquisa girou em torno de um questionamento sobre quais são as práticas de educação ambiental adotada pelos professores e como essas práticas são aplicadas no processo de alfabetização escolar, bem como se as atividades ligadas ao meio ambiente estão ou não discriminadas no Projeto Político-Pedagógico da escola.

Elas foram questionadas sobre os tipos de atividades de Educação Ambiental realizadas em aula, os projetos de Educação Ambiental executados pela escola nos últimos três anos, a presença ou ausência desse tipo de atividade no PPP da escola e o que entendem por Educação Ambiental. Aqui evidenciaram que realizam muitas atividades, mas constatamos que as mesmas não constam dos PPPs, o que evidencia que as políticas públicas que normatizam a obrigatoriedade da Educação ambiental em todos os níveis de ensino não estão sendo cumprido.

Ao caracterizar as práticas pedagógicas de educação ambiental dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental no processo de alfabetização escolar, por meio das entrevistas foi possível entender que as mesmas concentram - se em uma perspectiva conservacionista. Em relação à análise dos PPPs, o pouco de registros que foram identificadas estão distribuídos entre as 3 macrotendências conservacionista, pragmática e crítica.

A educação ambiental se fez ausente nos PPPs analisados, bem como no processo de ensino aprendizagem das escolas, faltando conhecimentos fundamentais para o desenvolvimento dos seres humanos conscientes da sua ação transformadora do indivíduo e da sociedade, sendo que a educação ambiental e as práticas pedagógicas são objetivos, e metas, no processo da educação das escolas.

Nesse sentido, percebe-se que a Educação Ambiental é pouco aprofundada em sala de aula. Nesse sentido, segundo Morin, o uso da inteligência pede o exercício da curiosidade, muito presente na fase na infância e da adolescência, o qual tem o poder de estimular e até mesmo de despertar o aluno. Desta forma, mesmo que a abordagem ambiental não seja tão aprofundada, ainda sim, é possível estimular a curiosidade dos alunos com relação ao tema. Mas o autor ainda ressalta ser importante buscar estratégias para a prática pedagógica que possam promover o desenvolvimento dos alunos, tornando-os agentes ativos para a preservação do meio ambiente.

Ademais, os resultados apresentaram que a maioria das professoras entrevistadas realizou e destacou suas atividades em uma tendência de educação ambiental conservacionista. Isso faz refletir a respeito da formação dos professores para o ensino fundamental I. Para que essa realidade seja mudada, a formação inicial e continuada de professores deverá contemplar educação ambiental, numa perspectiva aberta e aliada ao processo de alfabetização para uma educação emancipatória e transformadora.

As respostas dadas permitem evidenciar que ainda há muito que se fazer para que as práticas de Educação Ambiental nos anos iniciais sejam efetivas e produzam nos alunos os resultados necessários. Os professores assumem um desafio muito grande ao trabalharem dentro de sala de aula um conteúdo que é em primeira instância apresentado no ambiente doméstico, pelas atitudes das pessoas com quem o aluno convive.

A falta de colaboração dos pais nas práticas de cuidado ao meio ambiente cria uma dicotomia muito grande entre o que a criança aprende na escola e o que presencia em casa. Como citado por uma das entrevistadas, todo o trabalho do professor é anulado quando os alunos chegam em casa e se deparam com cenas onde os pais jogam lixo em locais inapropriados, desperdiçam água ou não fazem uso de produtos reaproveitáveis.

Outro entrave encontrado pelos professores na execução desses projetos é a ausência de incentivos tanto materiais quanto financeiros por parte da escola e das autoridades governamentais. Assim, muitas ideias acabam não saindo do papel, e o pedagogo se vê limitado às atividades relacionadas no livro didático; não obstante, muitos

desses educadores sequer foram formados para trabalhar com Educação Ambiental de forma eficaz.

Ante o exposto, é possível perceber que existe um distanciamento muito grande entre teoria e prática. Parte das professoras demonstrou ficar muito presa às questões teóricas e atividades presentes no livro didático e apostila, mesmo quando o assunto envolve grande necessidade de práticas dentro e fora da escola, como é o caso da educação ambiental.

Diante dessa realidade, é insurgente a elaboração de metodologias mais eficazes que estejam relatadas no Projeto Político-Pedagógico da escola. Antes disso, entretanto, é importante que todos os docentes conheçam esse plano e tudo o que nele está relacionado, a fim de potencializar os pontos positivos e melhorar os pontos negativos. É necessário que toda a comunidade escolar, professores, diretores, coordenação pedagógica e os pais dos alunos conheçam esse plano e participem da elaboração dele.

A falta de práticas pedagógicas voltadas para a educação ambiental faz com que a teoria não seja levada tão a sério, já que é nas questões cotidianas que os estudantes aprendem a importância de se preservar o meio ambiente e as atitudes que devem tomar para garantir essa preservação.

Sugere-se para fins de futuros estudos, a continuidade dos mesmos com aprofundamento a respeito da ambientalização curricular – a prática de inserir a Educação Ambiental no currículo de uma Instituição de Ensino-, neste caso, no ensino fundamental da rede municipal de educação de Correia Pinto, análise sobre como a interação entre pais e professores pode contribuir para que as crianças em fase de alfabetização apreendam sobre importância de preservar o meio ambiente para a qualidade de vida das futuras gerações.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, P. C. B. de; NETO, R. F. C.; BRUNO, N. L.; PROFICE, C. C. Da teoria à prática em educação ambiental. *In: Revista Gestão em Sustentabilidade Ambiental*, Florianópolis, vol. 6, n. 2, jul/set. 2017.

BOFF, L. **Saber cuidar: Ética do humano, compaixão pela terra**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde**. v. 9. Brasília, 1997a.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Resolução n. 2, de 15 de junho de 2012**, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. DOU n. 116, Seção 1, págs. 70-71 de 18/06/2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. BRASIL. Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm. Acesso em: 19 de outubro de 2018.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei nº. 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n. 79, 28 abr. 1999.

_____. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

CAMPIANI, Maximiano César. **Os temas transversais na educação**. São Paulo: Códex, 2001.

_____. **Os temas transversais na educação**. São Paulo: Códex, 2001.

CAMPOS, Luciana Ribeiro. **Direito ambiental: do paradigma antropocêntrico ao paradigma biocêntrico?** 2005. 11f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2005.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CHALITA, G. **Educação**: a solução está no afeto. São Paulo: Gente, 2002.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

_____. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo, Gaia, 2010.

DICKMANN, I; CARNEIRO, S.M.M. **Paulo Freire e Educação ambiental**: contribuições a partir da obra Pedagogia da Autonomia. Revista de Educação Pública. v. 21, n. 45, jan./abr. 2012. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

_____. **Paulo Freire e Educação ambiental**: contribuições a partir da obra Pedagogia da Autonomia. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/1/#inbox/FMfcgxwHNMbdJxqqhWPckSgXkKJZVfNNt?projector=1&messagePartId=0.1> Acesso em: 14 de maio de 2020.

FIGUEIREDO, Mara Lúcia *et. al.* **Educação para ambientalização curricular**: diálogos necessários. São José: ICEP, 2017.

FURTADO, D. J. Os caminhos da educação ambiental nos aspectos formais de ensino-aprendizagem: qual o papel da política nacional de Educação Ambiental? *In: Revista eletrônica Mestr. Educ. Ambient.* ISSN 1517-1256, v. 22, janeiro a julho de 2009. Disponível em: <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol22/art24v22.pdf>. Acesso em: 22 de abril de 2020.

FREIRE, Paulo. **Autonomia da Pedagogia**: saberes necessários a prática educativa. 57. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, P. & HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando**: conversas sobre educação e mudança social. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Dialética do amor paterno**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, E. José. **Autonomia da Escola**: Princípios e Propostas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas S.A, 2010.

GUEDES, José Carlos de Souza. **Educação ambiental nas escolas de ensino fundamental**: estudo de caso. Garanhuns: Ed. do autor, 2006.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação ambiental: no consenso um embate?** Campinas SP: Papirus, 2000.

_____. **A Dimensão Ambiental Na Educação Campinas SP:** Papirus, 1985.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. **Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação Brasileira.** Curitiba: Ibpex, 2005.

JACOBI, Pedro. **Cidade e meio ambiente: percepções e práticas em São Paulo.** São Paulo: ANNABLUME, 2008.

KITZMANN, D. **Ambientalização de Espaços Educativos: aproximações metodológicas.** Rev. Eletrônica Mestre. Educação Ambiental. v. 18, p.553-574, 2007.

KUHLMANN, Moysés Jr. **Infância e educação infantil.** Porto Alegre: Medicação, 1998.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **As macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental Brasileira.** Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a03.pdf>. Acesso em: 29 de agosto de 2020.

LEFF, Henrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Tradução de Lúcia Matilde Endlich Orth. 11. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** Tradução: Sandra Valenzuela. Revisão técnica: Paulo Freire Vieira. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação ambiental no Brasil: Formação, identidades e desafios** Papirus Editora, 2015.

LIMA, Lucia Ceccato de. **Processo de Planejamento e Implantação do Parque Natural Municipal de Lages – SC com ênfase na Conservação de Bacias Hidrográficas e na Percepção da Comunidade do Entorno.** 2007. (Tese em engenharia Ambiental) Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Centro Tecnológico Programa de Pós-Graduação - Tese em Engenharia Ambiental. Florianópolis, SC. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30371176.pdf>. Acesso em 19 de outubro de 2018.

MACHADO, Maria Lúcia A. **Pré-escola é ou não é escola, a busca de um caminho.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MARCONI, Maria de andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas 2010.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo.** São Paulo: E.P.U, 1986.

MEDAUAR, Odete. **Coletânea de Legislação Ambiental.** Revista dos Tribunais, São Paulo: 2010.

MEDEIROS, Aurélia Barbosa de; MENDONÇA, Maria José da Silva Lemes. **A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais**. Revista Faculdade Montes Belos, v. 4, n. 1, set. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, RJ, 2004.

MORTATTI, Maria do Rosário L. **Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados**. Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 44 maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a09.pdf>. Acesso em 19 de outubro de 2018.

MORIN, E. **O método1: a natureza da natureza**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2013.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2011.

_____. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2003.

NARCIZO, K. R. S. **Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas**. Revista eletrônica Mestre. Educação. Ambiental, v. 22, 2009.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade**. Saúde e Sociedade 7 (2) p, 19-31, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v7n2/03>. Acesso em 19 de outubro de 2018.

QUEIROZ, Oriel da Rocha. **A Eficácia Normativa da Educação Ambiental como garantia ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado**. Piracicaba, 2008. Dissertação de Mestrado – Curso de Mestrado em Direito, Universidade Metodista de São Paulo, 2008.

RIBEIRO, M. R. C.; RAMOS, F. A. G. **Educação Ambiental no cotidiano escolar: estudo de caso etnográfico**. Cad. Pes., São Luís, v. 10, n. 2, p, 9-21, 1999. Disponível em: [http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/Artigo%203\(13\).pdf](http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/Artigo%203(13).pdf). Acesso em: 19 de outubro de 2018.

RIBEIRO, Elisa Antônia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa**. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

SANTOS, A. S. R. dos. **Educação ambiental e o poder público**. 2000. Disponível em: <http://www.ultimaarcadenoe.com.br/educacao-ambiental/>. Acesso em: 23 de abril de 2020.

SEGURA, D.S.B. **Educação ambiental na escola pública**: da curiosidade ingênua à consciência crítica. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**: caminhos e descaminhos. Revista Pedagógica de 29 de fevereiro de 2004, pela Artmed Editora. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf>. Acesso em 19 de outubro de 2018.

SORRENTINO, M. **Desenvolvimento sustentável e participação**: algumas reflexões em voz alta. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.) Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, C. E. P. de. Reflexões sobre educação ambiental: subsídios para a formação de educadores. In: ARRUDA, V. L. V. de.; HANAZAKI, N. (Org.). **Tecendo reflexões em Educação e Meio Ambiente**. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2011.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Contribuições para uma pedagogia crítica na educação ambiental**: reflexões teóricas. In: LOUREIRO, C. F. B. A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

UNESCO. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável**, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação, Brasília, Brasil, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Interdisciplinaridade**: uma moda que está de volta? Paixão de aprender, Porto Alegre, n.8, nov.1994.

VELHO, Cristiane Oliveira. **Percepção ambiental e práticas pedagógicas dos professores da educação infantil para a ambientalização curricular**, Lages, SC, 2019.

APÊNDICES

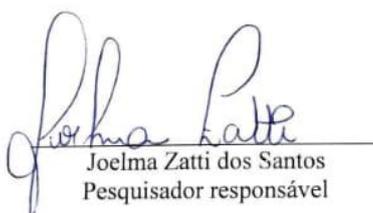
APÊNDICE 1 – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR
RESPONSÁVEL

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

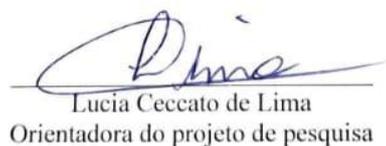
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Eu, Joelma Zatti dos Santos, Pesquisador Responsável do Projeto de Pesquisa “Práticas Pedagógicas de Educação Ambiental dos Professores nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Processo de Alfabetização” declaro o meu compromisso em anexar os resultados da pesquisa na Plataforma Brasil, assegurando a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros (Resolução 466/12 - CNS).

Lages/SC, 19 de agosto de 2019



Joelma Zatti dos Santos
Pesquisador responsável



Lucia Ceccato de Lima
Orientadora do projeto de pesquisa

APÊNDICE 2 - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS



UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Lages, 19/08/2019

Com objetivo de atender às exigências para obtenção do parecer do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP – UNIPLAC, os representantes legais das instituições envolvidos no projeto intitulado “Práticas Pedagógicas de Educação Ambiental dos Professores nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Processo de Alfabetização” declaram estar cientes e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos, lembrando aos pesquisadores que na execução do referido projeto de pesquisa serão cumpridos os termos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Joelma Zatti dos Santos
Pesquisador responsável

KAIO HENRIQUE C. DO AMARANTE
Reitor da UNIPLAC

Kaio Henrique Coelho do Amarante

Reitor da UNIPLAC

Cleomara Fiamoncini Rodrigues

Secretária Municipal de educação Corria Pinto

APÊNDICE 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

Você está sendo convidado a participar em uma pesquisa. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que está sendo realizada. Sua colaboração neste estudo é muito importante, mas a decisão em participar deve ser sua. Para tanto, leia atentamente as informações abaixo e não se apresse em decidir. Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você. Se você concordar em participar, basta preencher os seus dados e assinar a declaração concordando com a pesquisa. Se você tiver alguma dúvida pode esclarecê-la com o responsável pela pesquisa. Obrigada pela atenção, compreensão e apoio.

Eu, _____, residente e domiciliado no endereço _____, portador da Carteira de Identidade, RG _____ nascido(a) em ____/____/_____, concordo de livre e espontânea vontade *em participar como voluntário* da pesquisa **“PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS PROFESSORES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO ESCOLAR.”**

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Estou ciente que:

1. O estudo se refere às práticas pedagógicas educação ambiental dos professores nos anos iniciais do ensino fundamental no processo de alfabetização escolar. Por meio da prática vivenciada pelos professores dos anos iniciais buscamos identificar atitudes junto ao educandos, e investigar os P.P.P.s das escolas do município de Correia Pinto.
2. A pesquisa é importante de ser realizada frente ao tema relacionado às práticas pedagógicas educação ambiental dos professores nos anos iniciais do ensino fundamental no processo de alfabetização escolar. Com ênfase à construção de um conhecimento pertinente e a reorganização das atitudes e pensamentos ecológicos, propomos discutir, a exemplo de Medeiros, que traz a Educação Ambiental como exercício de construir um indivíduo a exercer sua cidadania, promovendo uma participação efetiva nos processos sociais, culturais, políticos e econômicos relativos à preservação do “verde no nosso planeta”, que atualmente como se sabe, encontra-se em uma crise, onde precisa urgentemente de uma recuperação (MEDEIROS et al., 2011).

3. Por meio práticas pedagógicas educação ambiental dos professores nos anos iniciais do ensino fundamental no processo de alfabetização escolar. Assim, fica o convite de percorrermos, juntos, esse cenário de compreender as práticas pedagógicas dos professores nos anos iniciais do ensino fundamental.
4. Participarão da pesquisa 4 professores das escolas do município de Correia Pinto. Para conseguir os resultados desejados, a pesquisa será realizada nas Escolas Municipais, localizado no município de Correia Pinto, os dados para a pesquisa serão colhidos através de questionário e entrevista semiestruturada, pois segundo Gil Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado. Para isso a pesquisa será regida pelos procedimentos éticos estabelecidos na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que normatiza e regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos. Os riscos para esta pesquisa são ínfimos implicará de um tempo para o colaborador participante da pesquisa seja escutado, de acordo com o tema da pesquisa ou que a proposta não seja compatível com os interesses do entrevistado. Em havendo algum desconforto psicológico (estresse emocional, culpa, perda de autoestima), o participante será encaminhado a psicóloga da secretaria municipal de saúde do município para atendimento gratuito. O pesquisado não terá custo algum com a participação na pesquisa.
5. A pesquisa é importante de ser realizada, pois deve trazer como benefícios para a ciência, a sociedade e especialmente nas práticas pedagógicas dos professores nos anos iniciais.
6. Se, no transcorrer da pesquisa, eu tiver alguma dúvida ou por qualquer motivo necessitar posso procurar o (a) Joelma Zatti dos Santos, responsável pela pesquisa no telefone (49) 99112-1227
7. Tenho a liberdade de não participar ou interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação. A desistência não causará nenhum prejuízo a minha saúde ou bem estar físico.
8. As informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e; em caso de divulgação em publicações científicas, os meus dados pessoais não serão mencionados.

9. Caso eu desejar, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados ao final desta pesquisa (currículo lattes Joelma Zatti dos Santos).

O participante da pesquisa não terá custo algum em participar da pesquisa.

DECLARO, outrossim, que após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto voluntariamente em participar (ou que meu dependente legal participe) desta pesquisa e assino o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

Lages, ____ de _____ de _____

(nome e assinatura do sujeito da pesquisa e/ou responsável legal)

Responsável pelo projeto: Joelma Zatti dos Santos

Endereço para contato: Rua: Acácia Mimosa nº270 Pró-Flor Correia Pinto -SC

Telefone para contato: (49) 99112-1227

E-mail: jzs@uniplaclages.edu.br

CEP UNIPLAC

Endereço: Av. Castelo Branco, 170 – Bloco I - Sala 1226.

Bairro Universitário

Cep: 88.509-900, Lages-SC

(49) 3251-1086

Email: cep@uniplaclages.edu.br e cepuniplac@gmail.com

Comprovante do não plágio

[↓ Exportar relatório](#)
[↓ Exportar relatório PDF](#)
[Visualizar ▾](#)
[Gerador de Referência Bibliográfica \(ABNT, Vancouver\)](#)

DISSERTAÇÃO 09-12-2020.doc (15/12/2020):

Documentos candidatos

- [scielo.br/scielo.php... \[3,72%\]](#)
- [researchgate.net/pub... \[2,7%\]](#)
- [nucleodoconhecimento... \[1,74%\]](#)
- [periodicos.ufsm.br/r... \[1,73%\]](#)
- [monografias.brasiles... \[1,41%\]](#)
- [revista.catedra.puc-... \[0,61%\]](#)
- [todamateria.com.br/e... \[0,61%\]](#)
- [gserms.ufma.br/confe... \[0,57%\]](#)
- [data.uniplaclages.ed... \[0,01%\]](#)
- [icmbio.gov.br/educac... \[0,01%\]](#)

Arquivo de entrada: DISSERTAÇÃO 09-12-2020.doc (20999 termos)

Arquivo encontrado		Total de termos	Termos comuns	Similaridade (%)
scielo.br/scielo.php...	Visualizar	6812	1000	3,72
researchgate.net/pub...	Visualizar	10536	830	2,7
nucleodoconhecimento...	Visualizar	7071	481	1,74
periodicos.ufsm.br/r...	Visualizar	8089	497	1,73
monografias.brasiles...	Visualizar	4608	358	1,41
revista.catedra.puc-...	Visualizar	2133	142	0,61
todamateria.com.br/e...	Visualizar	891	134	0,61
gserms.ufma.br/confe...	Visualizar	3480	139	0,57
data.uniplaclages.ed...	Visualizar	906	3	0,01
icmbio.gov.br/educac...	Visualizar	35	0	0